



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 134, SÁBADO, 16 DE SETEMBRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 133^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Ofício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro	
Nº 52/2017, na origem, de suspensão da Senadora Katia Abreu das atividades partidárias.	7
1.2.3 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Críticas à possível privatização da Casa da Moeda, anunciada pelo Governo Federal; e outros assuntos.	7
Senador Roberto Requião – Destaque para o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2017, de autoria de S. Ex ^a , que estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral, destinado ou referente aos detentores de cargos públicos.	8
Senador Paulo Rocha – Destaque ao Projeto de Decreto Legislativo nº 171/2017, de autoria de S.Ex ^a , que visa sustar os efeitos do decreto expedido pelo Presidente Michel Temer que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados.	20
Senadora Vanessa Grazziotin – Apelo ao Presidente da República para que envie ao Congresso Nacional a medida provisória referente ao acordo firmado com parlamentares sobre alterações na reforma trabalhista; e outros assuntos.	24
1.3 – ENCERRAMENTO	36

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE



2.1.1 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno.	38
Senadora Vanessa Grazziotin – Documento encaminhado por S. Ex ^a , nos termos do art. 210 do Regimento Interno.	43

2.1.2 – Ofício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Nº 52/2017, na origem, de suspensão da Senadora Kátia Abreu das atividades partidárias.	47
---	----

2.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 341/2017, na origem, que comunica que o projeto de lei que <i>altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018</i> foi sancionado e convertido na Lei nº 13.480/2017.	49
--	----

2.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 219/2017, na origem, que comunica que o Projeto de Lei do Senado nº 322/2008 foi sancionado e convertido na Lei nº 13.478/2017.	51
--	----

Nº 220/2017, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 317/2005.	52
--	----

2.1.5 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

"S" nº 66/2017 (nº 11.547/2017, na origem), que comunica o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	54
---	----

2.1.6 – Parecer

Nº 75/2017-CRE, sobre a Mensagem nº 50/2017.	59
--	----

2.1.7 – Projeto de Lei do Senado

Nº 332/2017, do Senador Roberto Requião, que <i>estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral, destinado ou referente aos detentores de cargos públicos.</i>	67
---	----

2.1.8 – Realização de sessão

Realização de sessão solene do Congresso Nacional segunda-feira próxima, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe)	74
---	----

2.1.9 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 247/2016–Complementar.	76
---	----

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	78
---	----

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	80
---	----



5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	83
6 – LIDERANÇAS	84
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	88
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	97
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	101
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	149



**Ata da 133^a Sessão, Não Deliberativa,
em 15 de Setembro de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência da Sr^a Vanessa Grazziotin e dos Srs. Paulo Rocha e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 11 horas e 17 minutos.)



A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte do II do Sumário**).

Também foi encaminhado à publicação um ofício da Presidência do PMDB, nº 52, de 2017, datado de 14 de setembro de 2017, que passo a ler aqui publicamente (**Íntegra do Ofício nº 52/2017 da Presidência do PMDB – Vide item 2.1.2 do Sumário**):

Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, com os meus cordiais cumprimentos, venho à presença de V. Ex^a comunicar a decisão da Comissão Executiva Nacional do PMDB, adotada na reunião ocorrida em 13 de setembro do corrente, da suspensão da Senadora da República Kátia Regina de Abreu, PMDB/Tocantins, de suas atividades partidárias em todos os níveis, e também de eventuais funções diretivas partidárias, pelo prazo de 60 dias, conforme arts. 44 e seguintes do código de ética do PMDB. Solicito as devidas anotações.

Aproveito o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.

[Assinado:] Senador Romero Jucá, Presidente Nacional do PMDB.

Bom, iniciando essa nossa sessão não deliberativa, sexta-feira, quero cumprimentar o Senador Requião e o Senador Paim, que estão aqui para fazer seus pronunciamentos nesta sessão não deliberativa, e dizer que esta sexta-feira, sem dúvida nenhuma, é um dia de muita expectativa da Nação brasileira, que passa, aos poucos, a tomar conhecimento de fatos ocorridos no dia de ontem – fatos recentes, mas muito graves, porque ontem o Procurador-Geral da República, o Procurador Janot, protocolou, junto ao Supremo Tribunal Federal, uma segunda denúncia contra o Presidente Michel Temer. Sem dúvida nenhuma, esse é um fato político que não passa em branco pela população brasileira e é importante que todos acompanhem o desenrolar dos fatos.

Senador Paim solicita a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa, como eu falei aqui – como a gente fala, "ao pé do ouvido" – com o Senador Requião, e V. Ex^a leu um documento que vai no mesmo sentido, eu vou dizer o que eu falei para ele: ontem, em São Paulo, tivemos uma audiência pública da CPI da Previdência, e nos informaram lá – eu já sabia – de uma ameaça de expulsão do Senador Requião e também da Senadora Kátia Abreu, do PMDB. Eu só vou dizer o que eu disse para ele. Eu iniciei falando, naturalmente, do Senador Requião, uma figura que é um ícone para todos nós, estou dizendo aqui, e disse lá em São Paulo; e falei também que ameaçavam de expulsão também a Senadora Kátia Abreu.

O Plenário todo bateu palmas para o Senador Requião e, em seguida, para a Senadora Kátia Abreu.

Dou este depoimento porque essa ameaça que eles estão recebendo é principalmente porque eles se posicionaram muito firmes em relação à Reforma Trabalhista, ficaram ao lado do povo brasileiro, do lado dos trabalhadores, da nossa gente, e já deixaram claro que não votam nessa Reforma da Previdência. Se o PMDB não quer, nós queremos. Nós queremos uma grande frente ampla pelo Brasil – não é Partido – em que os melhores quadros estejam juntos.



Senador Requião, vamos caminhar juntos. Não importa o partido em que V. Ex^a estiver. Claro que, de preferência, será sempre na mesma trincheira – de preferência, não; estaremos, com certeza, na trincheira. Fica aqui a minha solidariedade à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora, o pretexto do afastamento...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Paim, antes de passar a palavra ao Senador...

Senador Requião, antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu quero, da mesma forma que fez o Senador Paim, prestar a minha irrestrita solidariedade à Senadora Kátia Abreu, que, de acordo com a decisão nacional do Diretório Nacional do PMDB, passa a ser suspensa das suas atividades partidárias por 60 dias.

Da mesma forma, como disse o Senador Paim, é bom que o Brasil saiba o porquê de ela estar sendo punida, exatamente por conta disso: tem frequentemente, aqui no Senado Federal não se contraposto ao Governo, mas se contraposto às medidas antipopulares do Governo. Então, minha mais irrestrita solidariedade à Senadora Kátia Abreu.

Quanto a V. Ex^a, Senador Requião, o Brasil inteiro, nós todos que acompanhamos a política do nosso País temos conhecimento das ameaças que a direção do PMDB tem feito a V. Ex^a. Eu acho que a gente vive um momento de completa inversão dos fatores, porque, na realidade, V. Ex^as é que representam o PMDB. Senador Requião, V. Ex^a é quem representa o PMDB, aquele Partido que fez frente à ditadura, aquele Partido que abrigou tantos outros que se encontravam na ilegalidade para a construção do processo democrático no País. V. Ex^a, foi Governador duas vezes, um Governador, um político e Senador que só tem honrado as fileiras do PMDB e a população brasileira.

Tenho certeza absoluta de que, se alguém tem que sair do Partido – aqui não estou fazendo juízo de valor –, esse alguém não é o Senador Roberto Requião. Pelo contrário, ele, sim, representa o legado do PMDB, o legado de Ulysses Guimarães, o legado daqueles que tanto fizeram e deveriam estar até hoje, como V. Ex^a, defendendo a Constituição cidadã de 1988.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa, a Senadora Kátia foi afastada não pelo Diretório Nacional, pela Executiva do Diretório Nacional, e o pretexto é que ele se opôs a medidas do Governo Federal.

Na verdade, quem está se opondo ao PMDB é o Governo Federal. Está se opondo à Constituição cidadã de 1988, atropelando os direitos sociais, congelando os investimentos em saúde e educação. A Senadora Kátia tem assumido, embora recentemente filiada ao Partido, as diretrizes do velho MDB de guerra. O documento referência do MDB, válido até hoje, é o Esperança e Mudança, que foi aprovado em convenção nacional. E o Governo hoje está seguindo um documento que se chama Ponte para o Futuro, elaborado por banqueiros e prepostos de banqueiros, que não tem nada a ver com a história, a tradição e as propostas votadas em convenções nacionais do PMDB.

Na verdade, a Executiva Nacional é que agrediu o Partido ao afastar a Senadora Kátia. Eu quero deixar claro aqui a ela a minha absoluta solidariedade. Já determinei à assessoria jurídica do PMDB, que eu presido, que é o PMDB do Paraná, a análise da medida pelos nossos advogados para ver que possibilidades nós temos de um recurso.



A Senadora Kátia não está em lista alguma de acusações do Ministério Público Federal. Ela tem tomado posições muito claras em defesa das teses históricas do Partido, da cidadania e do Brasil. Eu acho que é um absurdo, é um acinte.

Talvez coubesse às pessoas que estão sendo acusadas pelo Ministério Público Federal o ato de, por *motu proprio*, afastarem-se da direção do Partido, para não comprometerem o Partido de forma definitiva. Não é à toa que hoje, nas pesquisas de opinião, este PMDB que afasta a Senadora Kátia tem 1% de popularidade nas pesquisas feitas em todo o País.

Então, fica aqui a minha solidariedade à Senadora Kátia e o meu apelo para que ela não saia do Partido, para que recorra, porque a base do PMDB não tem nada a ver com essa medida tomada pela Executiva Nacional e pelas medidas tomadas pelo Governo Federal, que reduziram o nosso Partido a uma popularidade de 1%.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nossa mais irrestrita solidariedade, Senador Requião, a V. Ex^a e à Senadora Kátia Abreu.

Não tenho dúvida de que esta militância do PMDB, como V. Ex^a fala, se levantará contra mais uma arbitrariedade. Aliás, chega a ser não irônico, porque a situação do nosso País é muito difícil, mas assina o ofício de afastamento o Senador Romero Jucá.

Vamos iniciar, então, o período de pronunciamentos dos Parlamentares.

O primeiro orador inscrito, por permuta que fez comigo, é o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Roberto Requião, eu, mais uma vez, enfatizo o que eu falei do plenário, tanto ao Senador Requião como também à Senadora Kátia Abreu.

Talvez seja exatamente devido a isto: por a Senadora Kátia ter se posicionado, inclusive aqui, no debate do *impeachment*, com uma postura de grandeza, de altivez, de independência, ficando ao lado do governo de que ela participou, não traindo o governo de que ela participou. Isso é coragem, isso é firmeza, isso é ser coerente. Eu confesso que só ouvia falar da Senadora Kátia Abreu como Deputada, mas quando passei a conhecê-la aqui, a debater inclusive com ela algumas questões e ver a sua posição sempre coerente, sempre coerente, cada vez mais eu a respeito.

A Senadora Kátia Abreu, Senador Requião, me lembra o MDB a quem dei o meu primeiro voto; o MDB de Pedro Simon, com quem convivi durante longo período aqui e de quem até hoje nós sentimos falta pela sua grandeza política, corajosa e ética.

Há uma frase, Senadora Vanessa Grazziotin, que quem me disse foi Olívio Dutra, quando eu estava naquela situação, indignado com tudo que estava acontecendo. Ele disse: "Paim, se os melhores de cada partido saírem, só vai ficar a escória." Eu uso essa frase que ele disse – acabei ficando com ela. Podemos ter problemas pontuais em todos os partidos; agora, achar que Kátia Abreu e Requião são problemas, não dá. É o contrário. Eles são os melhores. Enfim, há muita gente boa em todos os partidos.

Mas, Presidenta, eu vou falar hoje exatamente sobre o que vem fazendo este Governo. Tivemos, lá no Nereu Ramos, um grande ato público, de que infelizmente eu não pude participar devido às agendas, correndo por todos os cantos, no Senado e na Câmara, sobre a ofensiva deste Governo e contra a forma truculenta – por decreto, sem nenhum debate com a sociedade – com que o Governo vem privatizando o País, tanto que realizamos um debate também, lá na Comissão



de Direitos Humanos, para discutir essa ideia de entregar parte da Amazônia para as mineradoras. Mas sabemos que há também uma iniciativa dos Senadores Jorge Viana e Paulo Rocha, também avalizada por V. Ex^a, Senadora Vanessa, de combate. O mundo está combatendo essa ofensiva do Governo Temer em relação à Amazônia.

Uma das denúncias que está hoje circulando em todo o País – não desde hoje, mas já há um mês em debate – é a tal da privatização da Casa da Moeda. A que ponto nós chegamos? A moeda brasileira poderá ser impressa em qualquer parte do mundo.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira repudia totalmente a iniciativa deste Governo ilegítimo de privatizar a Casa da Moeda. Em carta aberta ao povo brasileiro, a entidade faz ampla denúncia dos ataques que o Governo está deferindo contra a soberania nacional ao entregar o patrimônio da Casa da Moeda. A Casa da Moeda é uma empresa pública, que gera recursos que são investidos aqui no País. Privatizar a Casa da Moeda no Brasil é apenas o início de um ataque bem maior, que busca colocar a nossa economia de joelhos frente a outros países e aos bancos privados.

A carta aberta ao povo brasileiro diz o seguinte:

O ataque à nossa capacidade de produção do meio circulante, nossa moeda, que intermedeia todas as transações comerciais em nosso País é um erro estratégico que poderá abortar o futuro do nosso País como potência mundial. Os concorrentes estrangeiros da Casa da Moeda, em especial norte-americanos e europeus, gozam de uma proteção legal, formal e efetiva em seus mercados domésticos, onde leis locais proíbem as autoridades monetárias, tanto nos Estados Unidos como na União Europeia, de adquirir papel de moeda de fábricas instaladas fora dos seus territórios nacionais.

E isso está correto! Vão ver se eles deixam imprimir dólares aqui! Agora, o real poderá ser impresso em qualquer parte do mundo. Que controle eles não passam a ter de toda a nossa produção?

Senador Paulo Rocha, aqui eu citava recentemente em relação à Amazônia e o seu decreto, é a segunda vez que eu cito.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Moedeira alerta que, se a nossa moeda for produzida por empresas estrangeiras, o nosso País ficará refém dessas empresas, que não têm suas sedes nem sua produção em nossas jurisdições. Eles perguntam: "Nesse caso, como poderíamos nos defender, por exemplo, de falsificações, que poderiam ser usadas para sabotar a nossa economia? Deixaremos outros países ter essa alavanca de pressão sobre nós?" É isso que eles querem?

O Governo Temer diz que a Casa da Moeda está tendo prejuízos. Mentira! Mentem mais uma vez, tanto que prontamente isso foi rebatido pela direção da própria empresa. Qualquer cidadão pode acessar o *site* da Casa da Moeda e consultar os balanços contábeis. Não querem acreditar neste Senador que está na tribuna? Não querem acreditar na empresa? Não querem acreditar nas entidades sindicais? Pois bem, entrem no *site* e vejam lá.

Desde a sua conformação como empresa pública, em 1973 – antes, ela era uma autarquia –, a Casa da Moeda nunca precisou de recorrer ao governo para fechar as suas contas. Aliás, ela sempre gerou lucros. Somente nos últimos sete anos, a empresa lucrou R\$2,83 bilhões. Em 2013, o lucro foi recorde: R\$783,6 milhões.



Como se trata de uma estatal, esse lucro não é embolsado por nenhum acionista. Parte dele fica na empresa para investimentos, uma menor parte para pagamento da participação de lucros e resultados para aqueles que operam lá, para trabalhadores, enfim, e a maior é transferida para os cofres públicos, podendo ser aplicado em saúde, educação, segurança pública e programas sociais diversos.

Senhoras e senhores, quero, mais uma vez, aqui da tribuna, fazer coro aos gritos dos trabalhadores, dos diretores, daqueles que coordenam a Casa da Moeda, do mais simples ao mais graduado: não à privatização da Casa da Moeda!

Na mesma linha, Sr^a Presidenta, eu quero também falar algo, já que eles estão alegando de novo aí ou alardeando que querem fazer a reforma da previdência agora no mês de outubro. Lembrem bem: isso aqui não é um projetinho de lei, um projetinho vagabundo como aquele da reforma que vocês fizeram, porque aquilo é um projeto para o empregador somente, que só beneficia o grande empregador – nem os médios e os pequenos estão pensando naquilo. E, para aquilo, vocês só tinham que ter a metade mais um – bastava ter aqui 42 Senadores no plenário, pois, com 22 votinhos, vocês já ganhavam. Não esqueçam que, com previdência, tem que mexer na Constituição, é emenda constitucional. Você têm que ter 49 votos contra o povo brasileiro, contra os aposentados, contra os trabalhadores.

E o povo está acompanhando. Eu estive ontem em São Paulo, na Assembleia Legislativa, com a Casa lotada. Juízes, procuradores, promotores, advogados das mais variadas áreas, sindicalistas, empresários, todos denunciavam a truculência dessas reformas. E, aqui, ontem, no caso, claro, era a CPI da Previdência, em que estou na Presidência e o Senador Hélio José é o Relator – ele não pôde estar conosco lá, mas mandou a sua assessora para participar do evento e que contribuiu lá, naturalmente.

Eu só quero deixar muito claro: não adianta, não, vir com esses gastos alarmantes em propaganda, para tentar dizer, mentindo à população, que a reforma da previdência é necessária. Todos sabemos, nos meios de comunicação, em especial os de massa, o investimento que este Governo está fazendo, pagando, pagando, gastando bilhões em propaganda. Nós sabemos o papel da propaganda, principalmente paga, não é? A quem serve? Somente, nesse caso da previdência, ao sistema financeiro, porque este Governo não manda nada. Todo mundo sabe que quem está mandando nele é o sistema financeiro, que quer que ele faça a reforma da previdência, para privatizar a previdência e fortalecer os fundos de pensão privados. E aí usam o dinheiro do próprio trabalhador para fazer propaganda mentirosa, em TV, em rádio, em jornal, dizendo que, se a previdência não for reformada nos moldes que eles querem, vão parar de pagar os aposentados. Parem de mentir, por amor de Deus!

A CPI da Previdência vai divulgar o trabalho dela – tenho conversado muito com o Relator, o Senador Hélio José, junto com os outros Senadores – agora no mês de outubro. É o mês que vem. Nós vamos mostrar a vergonha que é, com a falta de fiscalização, o combate à sonegação, a não cobrança do chamado devedor contumaz – foi o debate em São Paulo ontem – e o quanto é desviado. Não respeitam nem aquilo que nós Constituintes colocamos na Constituição, que é que, na segurança, têm que estar asseguradas as partes da previdência de empregado e empregador, dos jogos lotéricos, da tributação sobre o lucro, do faturamento, de toda operação de compra e venda, de PIS/Pasep, da CPMF, quando existia, que também nunca apareceu. E ainda há a tal de DRU, que tira 30%. A CPI vai mostrar tudo isso. Nós vamos mostrar, sim, onde é que está o furo da bala. Nós vamos mostrar onde é que está o problema. Eu sempre dou o exemplo do rio e do



ladrão, que, quando vai transbordar, a água sai por ali. Por onde está saindo o dinheiro da previdência? E por isso é que vão sempre alegar déficit. Bom, vai acontecer um momento em que vai haver déficit mesmo, se não cobram o que têm que cobrar, não arrecadam o que têm que arrecadar, abrem mão das contribuições devidas, que foram destinadas à previdência pela própria Constituição.

Os dados de São Paulo, como eu dizia aqui antes de ir para São Paulo, foram alarmantes. Ninguém mais fala em superávit de 50 bi, que seria a média dos últimos 20 anos, baseada nos dados da própria Anfip, que estava lá também. Vamos pegar tudo o que foi desviado, e vai dar trilhões de reais. Parem de deixar roubar a previdência! Cobrem corretamente! Parem de fazer Refis aqui! Como está na capa do *Jornal do Senado* hoje aqui – esse jornal está sendo transparente, porque não é dirigido e não depende de propaganda paga –, parem de dar Refis toda hora para os grandes devedores, porque isso é um incentivo ao bom pagador a não pagar. Ele sabe que, se não pagar, vem uma renegociação; está devendo 10 bi, 20 bi, 30 bi, e é tudo ajustado para não pagar nunca mais. Mentem! É aquela história que vai pagar em 10, 20 anos, mas não paga, vem outro Refis, e ele não paga de novo. O problema da previdência é de gestão.

Vamos parar, inclusive, de ir para a grande imprensa, no suposto déficit da previdência, com propaganda, repetindo, repetindo, repetindo. A um custo alto a quem? Aos cofres públicos. É uma vergonha o que é divulgado pelo Governo, que tenta mascarar a incompetência gerencial na utilização dos recursos públicos e na cobrança dos devedores da previdência, como ficou muito claro lá em São Paulo. Alguém acha que aqueles juízes, procuradores, promotores, auditores que estavam lá iam botar – foi transmitido ao vivo para todo o Brasil – a cara para bater se não tivessem consciência dos dados, dos números e da verdade da previdência? É claro que vocês poderão até dizer que, se continuarem desviando os recursos, vai dar déficit mesmo. Não tem como só tirar de uma caixa em que há os recursos próprios, garantindo a sonegação, porque eles garantem a sonegação... Falam tanto em Operação Lava Jato. Por que não fazem Operação Lava Jato na previdência? Vai pegar grandes empreiteiras. Vai pegar grandes frigoríficos, como JBS, que já está denunciado. Vai pegar grandes bancos. Eu já cansei de dar os nomes aqui da lista suja dos grandes devedores da previdência.

Sr. Presidente, vamos aqui mostrar o grande volume de recursos, de dinheiro que o Governo está gastando junto aos mais diversos meios de comunicação para enganar o povo. A CPI da Previdência recebeu do Ministro informações financeiras, porque assim questionamos, dos gastos que o Governo efetua para influenciar a população brasileira, para convencê-la sobre essa famigerada, descarada, vergonhosa, inconsequente, irresponsável reforma da previdência. O valor gasto – alguns dados oficiais aqui – até 31 de julho foi de R\$184.648.119,46. Isso é dado oficial, e sabemos de todo o movimento que tem a máquina com aquilo que é extraoficial para as propagandas. Com certeza, gastaram mais de 1 bilhão. Quantas escolas e hospitais poderiam ser reformados e dar melhor qualidade de atendimento à população?

Concluo com um pensamento muitas vezes citado aqui quando pensamos na força de se repetir uma mentira: uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. Essa frase foi dita e reproduzida mil vezes por um ministro de quem? De Adolf Hitler, na Alemanha nazista da época.

Sr. Presidente, o que estamos vendo é que o Governo Federal, repetindo mil vezes a mesma mentira, usando o dinheiro público, que no caso do Governo se aproxima de R\$200 milhões – e sabemos que por fora foi muito mais –, tenta transformar numa verdade uma grande mentira, tática que Hitler usou muito bem.



Sr. Presidente, nós últimos seis minutos que me restam, quero ainda fazer outro destaque de um texto que recebi. E V. Ex^a é o nome mais citado sempre quando se fala em combate ao trabalho escravo, foi autor da PEC que estou agora relatando a regulamentação, porque nós queremos proibir o trabalho escravo como manda a PEC de sua autoria. Eu recebi um texto publicado nas redes sociais e pediram para eu ler da tribuna sobre a escravidão moderna. Pela importância do tema e pelos dados apresentados, eu faço aqui este registro.

Estudo realizado pelo economista norte americano Siddharth Kara, da Universidade de Harvard, aponta que a escravidão é muito mais rentável hoje do que era nos séculos 18 e 19, quando a escravização de pessoas africanas era a base da produção em colônias europeias no sul do mundo. De acordo com Kara, hoje traficantes de escravos lucram entre 25 e 30 vezes mais do que aqueles dos séculos passados.

O jornal britânico *The Guardian* publicou [...] (dia 31[...]) dados de [...] ("Escravidão Moderna"), livro do economista que será lançado nos Estados Unidos em outubro. Sua pesquisa concluiu que a média anual do lucro gerado por um escravo a seu explorador chega a US\$3.978 [quase US\$4 mil] [...]. Já a escravidão humana para fins sexuais gera quase dez vezes mais esse valor: os lucros com a exploração sexual de pessoas podem chegar a US\$36 mil [...], afirma o especialista em escravidão e diretor do Centro Carr de Políticas de Direitos Humanos da universidade norte-americana.

"A escravidão hoje é mais rentável do que eu poderia ter imaginado", disse Kara [...]. O economista estima que o lucro total anual aferido por exploradores de pessoas com a escravidão moderna chegue a US\$150 bilhões [...]. [O lucro com a escravidão, US\$150 bilhões, equivalente a quase R\$500 bilhões por ano!]

De acordo com os dados levantados por Kara, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual representa 50% de todo o lucro gerado pela escravidão moderna, apesar das vítimas de escravidão sexual serem apenas 5% de todas as pessoas escravizadas atualmente.

O economista baseou sua pesquisa em dados de 51 países em um período de 15 anos e entrevistou mais de 5 mil pessoas que foram vítimas da escravidão moderna.

Especialistas estimam que cerca de 13 milhões de pessoas [13 milhões] foram sequestradas na África e vendidas como escravas nas Américas por traficantes profissionais entre os séculos 15 e 19 [13 milhões de pessoas]. Hoje, a OIT [...] estima que pelo menos 21 milhões de pessoas no mundo são exploradas em alguma forma de escravidão moderna.

Enquanto nos séculos anteriores a escravidão implicava longas viagens [...] e havia uma alta taxa de mortalidade entre as pessoas sequestradas e exploradas como escravas, a escravidão moderna gera mais lucro [...] [por ir direto e vai] ao menor risco para os exploradores de pessoas e pelo menor custo do transporte das vítimas.

Os grandes fluxos migratórios, incluindo migrantes econômicos e refugiados de conflitos, são uma fonte fácil e barata de vítimas para os traficantes de pessoas e que depois serão exploradas na indústria da moda, da alimentação e nas redes de prostituição, entre outros setores.

"A vida humana se tornou mais descartável do que nunca", disse Kara. "Escravos podem ser comprados, explorados e descartados em períodos de tempo relativamente curtos e ainda geram grandes lucros para seus exploradores. A ineficiência da resposta global à escravidão moderna permite que essa prática continue existindo."



Senador Paulo Rocha, V. Ex^a é um ícone, eu diria, nesse combate ao trabalho escravo.

"A não ser que a escravidão humana seja entendida como uma forma cara e arriscada de exploração do trabalho alheio, essa realidade não vai mudar", [lamentavelmente] completou o economista.

Esse texto que aqui eu apresentei, a edição do texto é da Opera Mundi, que faz essa denúncia gravíssima do trabalho escravo. Aqui no Brasil, nós sabemos que o trabalho escravo continua. Vemos aqui agora mais de 20 índios covardemente assassinados lá no Pará; foram dez posseiros, se não me engano, covardemente assassinados há pouco tempo. V. Ex^a promoveu um debate na Comissão de Direitos Humanos.

Essa é a realidade do Brasil, criminalizando os movimentos sociais, que são instrumentos de ajudar a combater o trabalho escravo, a buscar a organização dos trabalhadores. E houve uma posição clara, nítida e transparente em políticas humanitárias. Mas aqui no Brasil virou moda. No Grito dos Excluídos, Senador Paulo Rocha, em Porto Alegre, estava eu e o Presidente da Assembleia, o Deputado Adão Pretto, que é também do PT. Havia lá em torno de mil trabalhadores e nós cercados: cavalaria, cachorros, cavalos, eu vi lá blindados, enfim, um cerco total, dizendo: "Daqui vocês não saem!" E a tradição do Grito é a caminhada, proibiram a caminhada.

Esse é o País que nós estamos vivendo hoje sob este Governo, que tem três processos-crimes e que agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Paulo Rocha. Eu o provoquei diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Paim, e há uma característica de que, em governos fortes, em governos de Estado social como o que o Lula estava implementando no Brasil, e, com o golpe... Há características de governos, como o do Temer, que privilegiam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Governos fracos e incompetentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... os poderosos, de que esses escravagistas se sentem com o poder de voltar de novo a cometer esses crimes, que é o caso do Pará, onde a violência no campo e o trabalho escravo voltam com força total.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a tem toda razão.

Agora, eu completo com isto, com este detalhe – é o último minuto, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu espero que a Câmara dos Deputados vá apreciar, provavelmente nos próximos 15 dias, a provocação feita corretamente pelo Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo possa, então, julgar os atos do atual Presidente por crime – e, repito, é a primeira vez na história da República que um Presidente em exercício é provocado a responder, mediante a sociedade, o Congresso e, em seguida, o Supremo, por três crimes cometidos no exercício direto do mandato. Por isso que o



Supremo manda e chegou aqui ontem. E espero que a Casa se posicione à altura do povo brasileiro, e não como tem se posicionado, como foi na última vez, como foi na questão do *impeachment* e como foi, infelizmente, na reforma trabalhista.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem que, em relação à reforma da previdência, pela resistência de todo o povo brasileiro, está sendo feito um bom combate. Hoje, Senador Paulo Rocha, Senadores e Deputados podem saber que, em todas as câmaras de vereadores, em todas as assembleias, há debates sobre a previdência. A população está percebendo o que está acontecendo. O de São Paulo ontem foi uma maravilha. Eu fui para lá: levantei às 4h da manhã; às 6h eu estava no aeroporto; às 9h iniciamos; terminou quase 3h da tarde; e voltei a Brasília.

Cumprimento o Estado de São Paulo, porque lá foi dito, pela Frente Parlamentar da Previdência, que vamos fazer debates, com o apoio, inclusive, de todo o movimento social, sindical, centrais, partidos coerentes e responsáveis, em todos os Municípios. Vamos criar comitês em todos os Municípios para resistir à reforma da previdência e, oxalá, consigamos ainda revogar o que eles aprovaram aqui da reforma trabalhista.

Temos lá na Subcomissão – V. Ex^a tem apoiado; a Senadora Regina tem apoiado – o debate – e aí eu concluo, Senador – do Estatuto do Trabalho para revogar essa maldade que fizeram contra o povo brasileiro e para apresentar ao País um Estatuto do Trabalho, e não um estatuto do empregador, que foi o que este Congresso fez, para o qual lamentavelmente o Senado lavou as mãos – como eu dizia, como Pôncio Pilatos –, ao receber da Câmara 117 artigos que mudavam toda a CLT, somente pela visão de quem emprega, desrespeitando o trabalhador, e se fez de avestruz, aquele que enfia a cabeça na areia para não ver a tempestade passar, aprovando-o, na íntegra. Não mexeu numa vírgula, não mexeu num ponto os absurdos que todos nós denunciamos, inclusive eles do Governo. Eu vi aqui os próprios relatores do Governo dizerem que não, que eram oito mais seis, no mínimo, quatorze questões que tinham que ser mudadas. E o Temer mentindo para alguns Senadores – ou alguém se fez de bobo e fez de conta que acreditou porque eles sabiam; acho que era mentira mesmo – que ele iria vetar. Não vetou uma vírgula, e o tal do Presidente da Câmara diz o seguinte: "Não, e, se mandar para cá medida provisória, eu não aceito nenhuma; mando tudo de volta e rejeito."

Então, o conluio está feito. Só resta a nós chamar a população pelas redes sociais. Vamos operar pelas redes sociais. Vamos estar nos debates. Vamos participar dos comitês municipais. Vamos participar dos comitês estaduais também, porque, no Rio Grande do Sul, por exemplo, há um comitê estadual na Assembleia Legislativa e estamos montando comitês em todos os Municípios.

Toda vez que eu não estou aqui, pode saber que eu estou nesses debates. O Estado todo é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Fundamental, Senador Paim, é que existe uma Bancada compromissada com os interesses do povo, dos trabalhadores e com uma visão de manter o Estado social que nós estávamos construindo no Brasil. E é fundamental que todos os setores da sociedade se movimentem.

E quero chamar a atenção – acho que nós temos autoridade para isso, especialmente o senhor – para dialogar com o capital nacional industrial, para fazermos o contraponto com os interesses do capital financeiro internacional...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e chamar a atenção dos interesses de todos os trabalhadores, mas agora principalmente do funcionalismo público, que é o próximo a ser atacado, porque já estão falando em adiar o reajuste salarial e agora já está surgindo, nos diários oficiais, os tais dos PDVs, que são instrumento de desmonte do serviço público e dos interesses dos servidores do nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em sintonia com o projeto circulando aqui para facilitar a demissão simplesmente dos servidores, e nós simplesmente queremos ouvir a Comissão de Direitos Humanos, queremos ouvir todas as comissões.

Como é que você vai aprovar uma lei acabando praticamente com aqueles que atendem ao público – por isso que o nome deles é servidor público –, de uma hora para outra, em um projeto mal discutido? Eu tentei uma outra audiência pública, não aceitaram na CCJ, alegando que só veio uma parte. Veio a parte interessada, que é a parte dos trabalhadores.

Enfim, nós estamos num momento muito complicado, muito difícil, mas a palavra-chave é esperançar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... é continuar peleando, lutando, para que construamos um grande projeto de nação, e 2018 está aí. Quem votar nessa reforma da previdência, com certeza, não voltará mais nem para Deputado, muito menos para Senador.

Obrigado, Presidente.

DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 2.1.1 do Sumário).

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Dando continuidade aos nossos inscritos, para fazer seu pronunciamento, convoco o Senador Roberto Requião, que é o próximo Senador a se pronunciar. V. Ex^a dispõe, inicialmente, de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, só pedir para publicar, na íntegra, os três pronunciamentos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em todos os órgãos de comunicação da Casa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Paim, ontem, nesta tribuna, eu me comprometi em apresentar para discussão no Senado um projeto de lei acabando com esse tratamento aristocrático que é dado a agentes públicos no Brasil – do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, das Polícias, do Ministério Público. Um resquício da aristocracia, sem nenhum sentido numa república – *res*



publica, Senador Paim, coisa pública, o Estado que é de todos os cidadãos. E eu acabo de colocar no Sedol, no sistema do Senado da República, um projeto que estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral destinado ou referente aos detentores de cargo público. Todos eles.

O que deu origem à elaboração desse projeto foi um protesto de uma promotora da República no processo de oitiva do ex-Presidente Lula em Curitiba, quando ele, utilizando um modismo, um vício de linguagem muito comum a tantos brasileiros e peculiar na forma de falar do ex-Presidente Lula, se dirigiu a ela como "querida". Houve um protesto, ela exigiu um tratamento protocolar, e o Juiz Sergio Moro sugere: "Dr^a ou Sr^a Procuradora". Doutora? Excelência? Não. Não é assim. Eu já sou aqui no Senado o Relator do projeto contra abuso de autoridades, pondo um limite à pretensão de pessoas que fazem um concurso público, passam a ocupar um cargo público e se julgam superiores a todos os outros e ultrapassam os limites do múnus legal.

Eu vou ler para vocês aqui. Antes de ler...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Requião, inclusive em contraponto a isso, acho que foi um vereador lá da Bahia que entrou com uma ação na Justiça para impedir que uma universidade criada pelo Lula desse o título de *honoris causa* para o Lula, porque o pedido...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Ah, esses títulos e tudo isso, nada contra eles eu tenho. Mas essa pretensão de pessoas se considerarem acima das outras não tem cabimento e eu acho que o Congresso Nacional pode resolver isso.

Eu vou ler a justificativa desse projeto e posteriormente trarei ao conhecimento dos ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado o conteúdo integral do projeto.

Justificativa. A essência do Estado democrático reside exatamente no fato de que o poder pertence ao povo e não ao governante. Nele, o governante, o legislador e o juiz, assim como o servidor público de carreira, têm uma função a exercer e essa deve ser exercida em benefício do povo. Assim, o conceito de povo reveste-se, no Estado democrático, de uma autoridade superior à do próprio governante, que exerce – ou deveria exercer – um papel *lato sensu* de servo, ou servidor desse mesmo povo.

É isto que, na realidade, somos todos nós, agentes públicos: servidores do povo.

Feitas essas considerações, verificam-se incabíveis, em uma democracia, a continuidade de tratamento protocolar herdado da monarquia, derrubada esta que foi há mais de 120 anos. Na democracia, todos são iguais ou pelo menos deveriam ser.

Daí porque o grande Rui Barbosa, enaltecendo a Pátria republicana, afirmou em célebre poema: "a pátria não é ninguém; são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito, a ideia, a palavra e a associação."

Ter essa "mesma palavra" e "mesmo direito" configura algo que somente se concretiza quando todos recebem o mesmo tratamento, que, além de respeitoso, deve demonstrar a quebra das distâncias interpessoais que configuram o paradigma monárquico onde o rei concedia títulos nobiliárquicos a seus bajuladores.

Não é um concurso público que faz alguém merecedor de um título a ser utilizado por todos os outros comuns do povo.

O costume de ampliar as distinções humanas conflita não apenas com a democracia, mas também com os mais basilares princípios do cristianismo, que constitui o pensamento religioso



predominante no Brasil e que alça todos, indistintamente, a certa posição de irmãos, na medida em que oferta a todos o grau de filhos de um só Pai, ou seja, de um só Deus.

Todavia, essas distinções humanas ainda permeiam, de forma abusiva, as relações entre povo e governantes, achando-se esses imbuídos de certo direito de serem chamados de "Excelências" ou de outros pronomes de tratamento incompatíveis com a igualdade de todos perante a lei.

Pergunto: o que há de excelente em um juiz ou em um Parlamentar? Antes de serem autoridades, são seres humanos e, como servidores públicos, são devedores ao povo da obrigação de lhes prestar serviços e com qualidade. E, em suas funções, não têm o direito de reivindicar do povo um tratamento majestoso. Realmente não têm.

Reserva-lhes somente um direito protocolar: o de ser respeitado. Esse direito eles têm; todos temos. Respeito, porém, Senador Paim, é algo que se conquista e decorre primeiro do cumprimento do dever de se respeitar o próximo; segundo, das demais virtudes.

Se, por um lado, o título majestoso não confere virtude a ninguém, ainda que assim queiram os ditadores, por outro lado, exigir dos demais tratamento diferenciado demonstra a falta de virtudes daquele que exige.

Na proposta que ora apresento, quero evidenciar para o cidadão mais simples que ele não é menor do que o Presidente da República. A propósito, a maior das inafastáveis realidades é que a morte revela a verdadeira igualdade de todos. Ela nos leva a todos para a humilhante redução a cinzas ou ossos integrados. E o que nós somos? Nada além, como disse Fernando Pessoa, de meros cadáveres adiados. Portanto, como estamos todos mortos – já que isso é só uma questão de tempo –, não temos qualquer razão concreta pra exigirmos tratamentos majestosos que em nada significa a humanidade.

Nesse contexto, creio que, quando Lula chamou a Procuradora da República de "querida", deu um bom exemplo de cordialidade e respeito que deveriam permear as relações humanas. É possível, porém, que ela não fosse do tipo de desejasse ser "querida", mas que fosse do tipo que prefere ser chamada de "Excelência". Vaidade das vaidades. Tudo é vaidade, como afirmava Salomão. Mas a verdadeira excelência de um ser humano revela-se, antes de tudo, por meio de sua humildade.

É a justificativa do projeto que eu estou apresentando.

Vamos ao projeto, para que os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da nossa Rádio tomem dele conhecimento na sua integralidade, ao tempo em que reclamo aos Srs. Senadores e aos Parlamentares da Câmara a sua rápida tramitação e aprovação.

Como já disse no início:

Estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral, destinado ou referente aos detentores de cargos públicos.

Art. 1º. No conteúdo de correspondências destinadas ao serviço público, fica proibido o uso de pronomes de tratamento, excepcionada a palavra Senhor, e suas derivações de gênero e número, que será utilizada quando o destinatário for:

I - nos órgãos dos Poderes Executivos:

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado;
- d) Governadores e Vice -Governadores de Estado e do Distrito Federal;
- e) Oficiais-Generais das Forças Armadas;



- f) Embaixadores;
- g) Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial;
- h) Secretários de Estado dos Governos Estaduais;
- i) Prefeitos Municipais;
- j) Oficiais-Coronéis de Polícia e do Corpo de Bombeiros;
- k) Delegados de Polícia.

II - nos órgãos dos Poderes Legislativos:

- a) Deputados Federais e Senadores – serão apenas senhores, não mais e não menos que isso;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União;
- c) Deputados Estaduais e Distritais;
- d) Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; e
- e) Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

III - nos órgãos dos Poderes Judiciários:

- a) Ministros dos Tribunais Superiores;
- b) Desembargadores ou Juízes de Tribunais;
- c) Juízes de direito, do trabalho ou federais; e
- d) Auditores da Justiça Militar;

IV - os membros de Ministérios Públicos federais e estaduais, bem como das Defensorias Públicas.

Art. 2º Nos casos dos cargos descritos no art. 1º, a descrição do destinatário nas correspondências será composta apenas pela palavra "Senhor", ou suas derivações, seguida do nome do cargo.

Art. 3º Nas correspondências destinadas aos demais detentores de cargos públicos, o pronome de tratamento a ser utilizado na descrição do destinatário será apenas a palavra "Senhor" e suas derivações.

Art. 4º Em qualquer correspondência, o vocativo será sempre a expressão "Prezado Senhor" e suas derivações.

Art. 5º Em qualquer alusão oral destinada aos detentores de cargos públicos, deverão ser utilizadas as seguintes normas:

I - quando destinada às autoridades elencadas no art. 1º, será utilizado apenas o nome do cargo como vocativo e "Senhor" e suas derivações como pronome de tratamento;

II - quando destinada aos demais detentores de cargo público, deverá ser utilizada a palavra "você" ou "tu", excetuados os casos de respeito em razão de idade, em que se admite o uso da palavra "Senhor"; e

III - os professores, em todos os seus níveis, deverão ser tratados por "senhor" e suas derivações.

Art. 6º As normas previstas na presente Lei:

I - aplicam-se igualmente a qualquer texto oficial, ainda que não caracterizado como correspondência.

II - devem ser observadas por qualquer autoridade remetente, independentemente de sua posição hierárquica em relação ao destinatário.

Art. 7º Qualquer cidadão está autorizado a, querendo:



- I - utilizar o vocativo "você" ou "tu" quando dirigir-se a qualquer detentor de cargo público; e
- II - não usar qualquer pronome de tratamento, quando fizer referência aos detentores de cargos públicos.

Acabou a "Excelência"; acabou a importância do "você sabe com quem está falando".

Art. 8º Qualquer desrespeito ou exigência, expressos ou velados, contra os direitos do cidadão, incluindo os servidores públicos, previstos nesta Lei, configura crime de injúria discriminatória, punível com a pena prevista no art. 140, §3º do Código Penal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu ofereço esse texto legal aos queridos agentes públicos do Ministério Público, do Judiciário, da Polícia Federal e aos agentes públicos do Brasil em geral. Não são mais que servidores públicos, devendo ser tratados com o respeito que merecem e, da mesma forma, respeitar os direitos sociais e civis de toda a cidadania.

Presidente, acho que, sem ter esgotado o meu tempo, dei o recado que pretendia nesta sessão.

Acredito que o próximo inscrito é V. Ex^a, e o Senador Paim se aproxima para assumir a Presidência e dar-lhe a possibilidade do seu pronunciamento.

Esse projeto e sua justificativa, dentro de breve tempo, estarão no meu Facebook à disposição de todos os interessados. E eu reitero: ofereci esse projeto de lei aos queridos agentes públicos de todas as instituições brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Além da publicação no seu Facebook, a Mesa autoriza a publicação em todos os órgãos desta Casa. (Pausa.)

(O Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convidamos a usar a tribuna o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, colegas Senadores e Senadoras, todos aqueles que estão nos assistindo e nos ouvindo.

Queria aproveitar este meu tempo para corroborar com as análises que estão vindo aqui, na fala dos nossos Senadores, do momento que nós estamos vivendo no nosso País. É impressionante o retrocesso a que levaram esses que deram o golpe parlamentar. A despeito da justificativa que deram ao golpe, estão levando o nosso País à bancarrota, ao retrocesso, ao estado em que em alguns momentos se encontrou o País, em grandes momentos de crise econômica e social.

Só para se ter uma ideia, em governos anteriores, principalmente no período do governo Lula, nós criamos a possibilidade de o Brasil crescer, com distribuição de renda, com geração de emprego e com a participação de todos no processo de desenvolvimento do nosso País, com inclusão social. Tudo isso está caindo por terra. É um verdadeiro desmonte do Estado social que nós tínhamos conquistado no nosso País.

Já há sinais, nas próprias informações governamentais, de que a fome volta a bater de novo na casa do pobre. O orçamento da União está sendo impedido de financiar as principais políticas públicas que nós construímos no nosso País. É corte nas universidades, é corte no programa de habitação, o maior programa de habitação do mundo que se criou, como o Minha Casa, Minha



Vida, é corte no Bolsa Família, um instrumento de distribuição de renda para que as famílias criassem condições de manter os filhos na escola, é corte, enfim, em todos os setores, na saúde, na educação, na segurança pública e no próprio investimento da nossa economia.

Produtos da sanha entreguista que está no caráter deste Governo, as privatizações de novo voltam a bater no nosso Estado brasileiro. A venda das nossas estatais, a entrega da nossa riqueza para os capitalistas financeiros internacionais são verdadeiros retrocessos, que colocam por terra os avanços que nós tínhamos conquistado e a possibilidade de avançar muito mais para criar um Brasil para todos, uma Nação que se colocava no mesmo nível de todas as nações desenvolvidas e modernas do nosso mundo.

Nesse sentido, com essa sanha entreguista, com essa sanha de retrocessos, estão também a política para a Amazônia e a política da entrega de terras para o capital estrangeiro, com a volta da violência no campo, a volta do trabalho escravo.

E, agora, para atender aos interesses da entrega das riquezas do nosso País, através de um decreto, o Governo Temer tenta entregar um pedaço de terra da nossa Amazônia, onde estão concentradas riquezas naturais e riquezas do nosso subsolo, o minério.

Por isso, eu protocolei uma proposta de decreto legislativo que susta os efeitos do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, no qual o Presidente Temer extingue a Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados). Serão tomadas outras providências para que o Governo possa também responder a processos por improbidade administrativa, já que mineradoras canadenses souberam da extinção da Renca cinco meses antes do famigerado decreto.

No último dia 12, o Plenário deste Senado aprovou o pedido de urgência para a aprovação do projeto de decreto legislativo que revoga o decreto de Temer. Também foram apresentadas mais de 1,5 milhão de assinaturas que vão de encontro ao decreto do Presidente ilegítimo.

Na semana passada, uma portaria do Ministério de Minas e Energia suspendeu a análise de processos minerários na região, até que seja feita uma ampla discussão com a sociedade. Uma portaria registra que a análise dos processos minerários em áreas passíveis de aproveitamento mineral deve ser apenas depois de encerrado o processo de discussão com a sociedade e de esclarecimentos sobre as condições que levaram à decisão de extinção da Renca e de acordo com os resultados desse processo. Isso significa que a decisão do Governo de recuar o decreto por 120 dias é uma farsa. Na prática, este Governo já inviabilizou a preservação daquela reserva. No Orçamento deste ano, ele cortou mais da metade de verba para programas ambientais e políticas de resíduos sólidos. A proposta do Governo para o Orçamento de 2018 traz cortes em programas de preservação do meio ambiente e assistência social a trabalhadores rurais. A tesourada em atividades de controle e gestão ambiental foi de 56,8% em comparação com a verba programada para 2017.

Alguns programas foram além do arrocho. A LOA enviada ao Congresso para 2018 prevê o corte total do Bolsa Verde, programa de apoio à erradicação da extrema pobreza e conservação ambiental. O programa de apoio ao desenvolvimento de comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais também foi extinto.

Cito aqui os principais cortes nos programas de meio ambiente e assistência a população rural: controle e fiscalização ambiental, crédito fundiário, política nacional de resíduos sólidos, distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos, apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, me permita só situar a meninada que está aqui nos visitando e as professoras. São alunos do ensino fundamental do Colégio Presbiteriano Mackenzie. Sejam todos bem-vindos. Assistem a um dos melhores Senadores do País, o Senador Paulo Rocha, do Pará, um dos mais combatentes do trabalho escravo. Que ninguém seja escravizado no Brasil e no mundo. Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Hoje é dia apenas de funcionamento de debates. A Casa está sendo presidida pelo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Vocês vieram aqui prestar atenção, e quem sabe não está aí um futuro Senador ou futura Senadora. Aprendam bem como é aqui – as coisas positivas.

A Constituição da República, ao tratar da proteção ao meio ambiente, determina que somente por meio de lei são permitidas a alteração e a supressão de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP) (art. 225, §1º, III). São exemplos de ETEP as unidades de conservação que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, tais como as áreas de proteção ambiental, as florestas nacionais e os parques nacionais.

Assim, extinção da Renca é uma ameaça à soberania nacional e à preservação da nossa Amazônia. O Governo golpista de Michel Temer quer acabar, por decreto, com a regra que destinava uma imensa reserva de cobre na Amazônia apenas à exploração estatal, abrindo o caminho para a mineração privada. É uma área com alto potencial de ouro e outros metais preciosos que fica entre o Pará e o Amapá, com cerca de 46.450 quilômetros quadrados, pouco maior que a Dinamarca. O decreto que a criou, em 1984, no final da ditadura militar, determinava que somente a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), uma empresa pública pertencente ao Ministério de Minas e Energia, poderia fazer pesquisa geológica para avaliar as ocorrências de minérios naquela área.

A Renca foi descoberta na época de Carajás. A região foi bloqueada pelo Estado brasileiro, e somente o governo brasileiro poderia fazer a exploração daquela região. O que ocorre é que dentro dessa área existem nove áreas protegidas. A Renca não é uma área protegida por inteiro. Fazer isso por decreto é juridicamente errado. O decreto extinguiu a obrigatoriedade de ser o Governo o único a explorar a região, e, ao fazer isso, ele sinaliza para a iniciativa privada, de quem receberá propostas para a exploração daquela área.

A entrega desses recursos naturais do Brasil a grupos econômicos nacionais e estrangeiros não tem limite para o Governo Michel Temer. O decreto presidencial que extingue a Renca golpeia de uma só vez a soberania nacional, a sobrevivência de povos indígenas e a preservação da floresta amazônica. O mundo pode confirmar que o País está nas mãos de um Governo entreguista e irresponsável.

Ao extinguir a reserva, Temer subverteu uma política mineral estratégica para o País, permitindo que empresas mineradoras, inclusive estrangeiras, tenham acesso a minérios valiosos. Em nome de um suposto ganho econômico, expôs à sanha da mineração uma área de preservação incluída entre as mais ricas em biodiversidade de todo o Planeta. Essa corrida do ouro pretendida é a ameaça real, sem que tenha havido uma discussão com a população de lá da nossa querida Amazônia. Não ouviu as academias, os institutos de pesquisas — no caso nosso lá, o grande instituto de pesquisa Emílio Goeldi —, os povos indígenas, as populações ribeirinhas, as lideranças políticas, entre outros; não ouviu ninguém para, então, decidir sobre uma região estratégica, de cima para baixo.



Ao eliminar essa condição, o Governo atual transferiu às empresas de mineração a prerrogativa de aprofundar o conhecimento dos nossos recursos naturais e determinar, de acordo com seus interesses comerciais, a conveniência e a oportunidade de lavrar nossas ricas reservas minerais.

Com esse novo decreto, Temer acaba de entregar o subsolo brasileiro e incentivar uma corrida das mineradoras aos limites inexplorados da nossa Amazônia. Agiu seguindo à risca os interesses de grupos que patrocinaram o golpe parlamentar que destituiu a Presidente legítima Dilma Rousseff: destruiu políticas públicas na área da mineração a fim de sinalizar ao chamado mercado uma ampla liberalidade para espoliar nossas riquezas naturais.

O território compreendido pela Renca engloba nove áreas protegidas, e, com essa medida, Temer passa por cima da legislação que restringe mineração nessas áreas ou proíbe totalmente, como é o caso das terras indígenas e das reservas extrativistas. O novo decreto ameaça áreas hoje intocadas e também as áreas que devem, constitucionalmente, estar protegidas. Há riscos de potencial conflito entre os interesses do setor mineral e a conservação das áreas protegidas.

O tratamento à Renca mostra nitidamente que o Governo atual não vê a implantação de projetos nacionais como questão estratégica para a soberania. Revela seu desprezo aos povos indígenas e à nossa Amazônia. Temer ultrapassou todos os limites. A Floresta Amazônica é um dos patrimônios nacionais descritos na Constituição brasileira.

Essa iniciativa faz parte de um pacote de medidas nas áreas minerais do Governo Temer, que possui 13 medidas provisórias que tramitam em comissões especiais e já foram lançadas como parte do programa de revitalização da indústria mineral brasileira, que inclui a criação da Agência Nacional de Mineração. É uma calúnia que as medidas provisórias vão atrair novos investimentos com a geração de riquezas para o nosso País, de emprego e renda para a sociedade, acreditando-se ainda que a medida provisória poderá auxiliar no combate aos garimpos ilegais instalados na região.

Paralelamente à extinção da Renca, tramita aqui no Senado um projeto de lei que flexibiliza a exploração mineral em terras indígenas. O argumento é acabar com o garimpo ilegal nesses lugares.

Em algumas situações, áreas indígenas lá do Estado do Pará estão completamente cobertas pela cobiça da mineração, que, a despeito da recente queda dos preços das *commodities*, teve uma produção que praticamente dobrou na última década e foi fomentada, principalmente, por uma das maiores empresas do mundo, segundo o *ranking* das empresas com mais processos minerários.

A invasão de terras indígenas em busca das riquezas naturais do território vem aumentando. Segundo os dados do Cimi, as ocorrências de violência contra o patrimônio dos povos indígenas subiram de 11 casos registrados em 2003 para 84 em 2014: aumento de mais de 600%. Segundo o Cimi, violência contra o patrimônio são invasões de terras indígenas para exploração ilegal de recursos naturais, posse da terra e danos diversos.

Como homem da Amazônia que conversa, que ouve e que discute essa Região, quero finalizar este pronunciamento pedindo a este Senado Federal e ao Congresso Nacional a revogação do decreto presidencial. Este Governo entreguista, antipopular e autoritário com a coisa pública quer, de uma vez por todas, acabar com as políticas públicas na nossa Região. Que, portanto, ouçam as vozes dos brasileiros, dos 23 milhões que vivem na Amazônia.



Queremos, com esse decreto legislativo, impedir que a sanha deste Governo entreguista acabe de uma vez por todas entregando o patrimônio do nosso País, o patrimônio natural, e que a nossa Amazônia não seja a sanha da exploração dos interesses do capital internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, antes que V. Ex^a termine, eu quero cumprimentar muito V. Ex^a por esse decreto.

Sabe que eu estive no Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, numa grande Plenária, em que o que mais me perguntavam era o que nós íamos fazer em relação a esse ataque à Amazônia. E eu vim de lá para cá com esse compromisso. Depois, passei para eles que V. Ex^a – enquanto eu estava lá no Rio Grande do Sul, V. Ex^a estava aqui – encaminhou esse decreto legislativo que visa anular essa posição do Governo, que, por um instrumento totalmente inconsequente, está entregando a Amazônia para a exploração das grandes mineradoras de forma irresponsável.

E já dei um retorno para eles de que V. Ex^a entrou com um decreto e que tanto V. Ex^a como o Senador Jorge Viana pretendem fazer uma sessão temática para discutir o tema. Esse decreto que V. Ex^a encaminhou está tendo o apoio, eu diria, de 99% da sociedade brasileira e também de diversos segmentos ao longo do Planeta.

Então, eu faço esse cumprimento a V. Ex^a. Parabéns por essa bela iniciativa!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive a própria sociedade organizada do setor ambiental e artistas brasileiros estão emprestando seus nomes para uma mobilização, para que haja uma reação da própria sociedade, no sentido de dar apoio, para que possamos ter forças aqui para anular esse decreto entreguista das nossas riquezas, principalmente da Amazônia, que é um patrimônio, conforme nós constituímos. O senhor, que foi Constituinte, colocou na Constituição brasileira essa riqueza do Brasil, a Amazônia, que é rica em florestas, em água doce – a maior reserva de água doce do mundo –, a maior reserva mineral do mundo, a maior reserva florestal do mundo, a maior biodiversidade do mundo. Portanto, é um patrimônio da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da humanidade.

Muito bem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Vejo, Presidente Paim, que o Senador Paulo Rocha já concluiu seu pronunciamento.

Eu quero... Senador Paulo Paim, Senador pelo PT (Partido dos Trabalhadores) do Estado do Rio Grande do Sul; Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores do Pará, que é da Amazônia, eu estou acompanhada ou acompanhando uma delegação de companheiros Parlamentares membros da Direção Nacional do Partido Comunista do Vietnã.

Como todos sabem, Senador Paulo Paim, o Vietnã é aquele país símbolo não só para o povo brasileiro, Senador Paulo, mas do mundo, porque conseguiram, com a sua vivência e quase de forma solitária, derrotar a maior potência bélica e econômica mundial, em 1945, quando venceram a Guerra do Vietnã. Nesses setenta e poucos anos de independência, o Vietnã tem se mostrado



uma grande nação. Eles hoje têm uma das melhores educaçãoes do mundo, um desenvolvimento tecnológico significativo.

Essa delegação da direção do Partido Comunista, que é quem dirige aquele país, nos visita no sentido de ampliar as relações culturais, as relações econômicas entre todos os países.

Era para a delegação ter chegado a Brasília no dia de ontem, vindo diretamente do Vietnã. Infelizmente, porque eles fizeram conexão no sul dos Estados Unidos, na Flórida, tiveram problemas – obviamente, sabemos a razão – com o voo e só chegaram no dia de hoje. Então, ontem eles seriam recebidos pelo Presidente Eunício Oliveira, seriam recepcionados pelo Presidente da Casa, mas, infelizmente, pelo atraso, só conseguiram chegar hoje ao Senado Federal. Mas que bom, Senador Paim, que eles têm essa possibilidade de estar aqui em nosso plenário.

Eu quero apresentar Hoang Quan, que é o chefe da delegação – ele é membro do Partido Comunista do Vietnã, da Direção Nacional, é Deputado Federal em seu país, é membro da Assembleia Popular e é o chefe da delegação; e o Embaixador do Vietnã no Brasil, Do Ba Khoa, que também acompanha a delegação.

Além de fazerem uma visita formal – eles, os senhores – ao Senado Federal, farão também uma visita – e fazem – à direção do nosso Partido, à direção de seu Partido, o Partido dos Trabalhadores. E quero dizer da alegria de recebê-los no Brasil, apesar de ser num momento muito difícil.

O Senador Paulo Rocha falava da tribuna, por exemplo, na defesa da Amazônia, porque o Governo Federal vem adotando medidas que tiram a possibilidade de uma ação mais soberana, independente, sobre a Região Amazônica, que é muito importante, uma região muito importante para todo o Planeta.

E aqui quero dizer que nós estamos com a Senadora – eterna Senadora – Emilia Fernandes, que é a Presidenta do Fórum...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Rio Grande do Sul.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de Mulheres do Mercosul, também do Rio Grande do Sul, acompanhando a comitiva, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sejam todos bem-vindos. Nós acompanhamos toda essa história. A minha geração acompanhou todo esse processo, e realmente marcou para o mundo a resistência, a luta pela liberdade e pela soberania do País.

Sejam bem-vindos. A Senadora Vanessa é uma grande Senadora do PCdoB e recebemos os senhores aqui com uma enorme satisfação. Fico triste, porque ontem vocês não chegaram em tempo de ser recebidos pelo Presidente por esse "incidente", entre aspas – acompanhados da minha querida amiga e Senadora Emilia Fernandes –, mas eu gostaria muito de recebê-los aqui, porque a Senadora vai falar em seguida, da tribuna.

Eu gostaria de que eles subissem aqui, se possível, para eu recebê-los para tirar uma foto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bater uma foto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma foto oficial, o.k.?



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Maravilha.

Vamos.

Muito obrigada, Senador Paulo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convidamos a usar a palavra a nobre Senadora Vanessa Grazziotin, que havia permutado inclusive comigo, que fui o primeiro orador a falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, da tribuna do Senado, mais uma vez, agradecer a visita, a presença desta importante comitiva vietnamita, que visita o Brasil com o objetivo de aprofundar os nossos laços comerciais, os nossos laços culturais, e dizer, Senador Paulo Paim, que nós temos tido um bom desenvolvimento na balança comercial. Passamos de poucos milhões de dólares, há uma década, para mais de US\$4 bilhões, no ano de 2014.

Infelizmente, com a crise econômica, 2015 e 2016, diminuiu um pouco o volume das nossas relações comerciais, mas, sem dúvida nenhuma, com a superação da crise econômica, voltaremos a ter com aquele país, que tem características muito parecidas com as nossas, do Brasil, um bom desenvolvimento nas relações.

E quero dizer também, Senador Paim, que é muito interessante ouvir os representantes do governo vietnamita, porque o Vietnã, também o Brasil e todos os países do mundo foram afetados pela crise econômica. Entretanto, por conta das especificidades do seu modelo, porque lá Ho Chi Minh foi quem liderou a grande resistência contra os norte-americanos e dirigiu o Vietnã por muito tempo, o Partido continua ainda a dirigir o país. Então, lá, diferentemente do que acontece no Brasil e em outras nações do mundo, eles têm um objetivo muito claro, focado na melhoria da qualidade de vida da população daquele país, tanto que, com a independência que conseguiram em 1945 – portanto, setenta e poucos anos de independência –, eles tiveram avanços econômicos e avanços sociais, principalmente, muito maiores do que os que nós tivemos desde a nossa independência, em 1822. Então, é uma alegria para todos nós receber essa delegação aqui, no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, eu venho à tribuna hoje para falar a respeito dos acontecimentos políticos dos últimos dias, sobretudo do final do dia de ontem para o dia de hoje. Porém, antes de abordar esses aspectos, Sr. Presidente, não posso, ao vir à tribuna nesta sexta-feira, deixar de falar de outros fatos muito graves. Antes disso, eu quero aqui ler um pronunciamento sobre um fato muito importante que aconteceu nesta semana, uma grande polêmica que, infelizmente e novamente, coloca no centro do debate a questão da mulher, a questão de gênero.

Quero falar, hoje, portanto, em homenagem aos estagiários, a todos os jovens estagiários no Brasil e, ao falar de todos os estagiários do Brasil, quero falar dos estagiários desta Casa, do Senado Federal. Na verdade, eu quero me dirigir principalmente a elas, às estagiárias.

Daqui a alguns dias, mais precisamente no dia 25 de setembro, a Lei 11.788, de 2008, completará nove anos desde que surgiu para acabar com a figura do "escraviário", ou seja, disciplinando o estágio como um ato educativo supervisionado para impedir a utilização da mão de obra dos jovens em relações empregatícias dissimuladas.

Senador Paim, se V. Ex^a...



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só aproveitar o momento para cumprimentar os alunos do ensino fundamental do Colégio Presbiteriano Mackenzie, em Brasília/DF, e também as professoras e os professores que acompanham a moçada aí. Vocês estão assistindo, da galeria, a uma das melhores Senadoras do País, a Senadora Vanessa Grazziotin, do Pará.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do Amazonas. É porque, anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Amazonas. O Paulo Rocha, que falou anteriormente, é que é do Pará – o Paulo Rocha me chama de Deputado. Agora, eu troquei o seu Estado pelo dele.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É porque nós três – eu, o Senador Paulo Rocha e o Senador Paulo Paim – fomos colegas Deputados Federais na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqui chegou, primeiro, o Senador Paim. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu sou o mais jovem dos três.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é o mais jovem, mas é o mais experiente em número de mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa experiência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Após o Senador Paulo Paim, cheguei eu e, posteriormente, o Senador Paulo Rocha.

Então é uma alegria. E ele fala do meu trabalho aqui, mas quem nos inspira, o grande Senador a inspirar todos nós, sem dúvida nenhuma, é Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela merece uma salva de palmas, não merece?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele também, então uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas a vocês aí.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para vocês, é mais importante. Hoje somos nós, Senador Paim; amanhã será essa juventude, essa meninada que estará aqui ocupando os nossos lugares.

Mas Senador Paim, eu dizia a vocês, meninos e meninas, estou aqui fazendo um pronunciamento falando sobre a questão da mulher e falando sobre os estagiários, as estagiárias, porque no ano de 2008 foi aprovada no Brasil uma lei, que é a Lei nº 11.788, que regulamentou o trabalho desses jovens trabalhadores. E saímos daquela condição, Senador Paim, de "escravos", para estagiários, porque até então, até 2008, o que acontecia? As empresas e os órgãos públicos utilizavam a mão de obra da juventude como uma mão de obra efetiva, laboral, dissimulando essas relações de trabalho, ou seja, trabalhadores eram substituídos por estagiários.



Hoje, não. Com o advento da Lei nº 11.788, esses jovens, meninas e meninos, têm muito mais amparo e muito mais proteção. Essa foi, sem dúvida nenhuma, uma intenção certeira do projeto, que foi apresentado pela Deputada Federal à época, e que hoje é Deputada Estadual no Rio Grande do Sul e Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Eu me refiro aqui à Deputada Manuela d'Ávila, que foi a autora do projeto que redundou na Lei nº 11.788. Manuela d'Ávila, é uma jovem Parlamentar, ex-Deputada Federal do Estado do Senador Paulo Paim e integrante do meu partido, o PCdoB. Portanto, ambos temos profundos laços com Manuela d'Ávila.

Como Deputada, Manuela tem sido bastante presente atualmente nas redes sociais. Eu imagino que ela esteja acompanhando a repercussão nacional da reação das mulheres a uma crônica sobre ambiente machista das redações jornalísticas publicada na última segunda-feira, dia 11 de setembro, pelo jornal *Correio Braziliense*.

A crônica foi publicada com dois títulos diferentes. Na versão online, Senador Paim, chamava-se "A primeira vez de Melissinha." Na versão online – entre aspas –, "A primeira vez de Melissinha." E foi até retirada do ar diante das reações indignadas das mulheres. Já a versão impressa foi intitulada – entre aspas – "A estagiária." Não havia como apagar, e certamente não figurará entre as páginas do orgulho do jornal esse episódio.

No dia seguinte o próprio jornalista se desculpou, publicando uma outra crônica intitulada – entre aspas – "Um erro sem perdão." O jornal *Correio Braziliense*, na pessoa de sua editora-chefe, também publicou um artigo no qual reconhece o preconceito descrito na crônica do jornalista e pede o fim da cultura machista. O Sindicato dos Jornalistas de Brasília, assim como a Federação dos Jornalistas (Fenaj), entidades representativas da categoria, também emitiram – ambos, o sindicato e a Fenaj – nota de repúdio à forma como a crônica se dirigiu às mulheres.

Basicamente o texto do cronista descreve a reação dos homens ante a chegada de uma estagiária, a denominada Melissinha, a uma redação.

Sem exceção, os homens a cobrem de elogios, cuidados e mimos, para o horror, de acordo com o cronista, das outras mulheres que ali trabalham. A única salvaguarda da referida estagiária, que a impede de ser mais diretamente assediada, é um namorado que ninguém sabe, ninguém viu. Um dia a moça some, pois surgiu uma oportunidade na TV, e o "luto" – entre aspas – na redação dura até aparecer uma nova estagiária, que satisfaz a expectativa da redação.

A pronta reação das mulheres não tardou, com a publicação de inúmeros relatos sobre o assédio moral e o assédio sexual nas redações, ou fora delas, como aconteceu na própria Câmara dos Deputados, há menos de um mês, com a jornalista Basília Rodrigues, repórter de uma conhecida rede nacional de rádio, quando foi entrevistar o Deputado Wladimir Costa, que tinha tatuado no próprio corpo o nome do Presidente Michel Temer às vésperas do julgamento da autorização da abertura do seu processo de impedimento. Realmente, o Brasil inteiro viu como a Deputada foi tratada. Realmente, eu não quero entrar no mérito da crônica, isto é, se foi escrita para denunciar o machismo, como procurou defender o autor, ou se era uma mostra involuntária do machismo crônico. Quero apenas frisar que os estagiários esperam outra coisa, as estagiárias esperam outra coisa, sobretudo eticamente, das pessoas e dos espaços em que são admitidos e admitidas, dos espaços em que estão sendo acolhidas.

Eu me somo à indignação de milhares de estagiárias e milhares e milhares não só de mulheres, mas de homens Brasil afora que se sentiram terrivelmente diminuídos diante da revelação que a crônica faz, voluntariamente ou involuntariamente, acerca de como é o olhar –



nem digo dos homens, mas de profissionais – do machismo, aptos a envenenar, a estragar, a desiludir e, sobretudo, a desaninar jovens que descobrem que não podem entrar no espaço público sem ser avaliados sob o crivo invisível dos apetites masculinos.

Tenho certeza de que a Deputada Manuela D'Ávila, todas as Parlamentares do Brasil, e também aqueles Parlamentares homens comprometidos com a luta das mulheres nos preocupamos muito em resgatar a dignidade do estagiário, e essa responsabilidade de resgatar a dignidade da estagiária e do estagiário significa a construção de uma nova cultura, porque, quando falamos em estagiários jovens, estamos falando em meninos e meninas que estão pela primeira vez adentrando no mercado de trabalho e não podem, já no ato do ingresso, ser tratados da forma como relata a crônica publicada no último dia 11 no *Correio Braziliense*. Eu tenho certeza de que me acompanha todos os dias, quando angustiada – faço a minha contagem de tempo da promessa com a qual a Base de Apoio do Presidente Temer justificou a aprovação da danosa reforma trabalhista.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que diariamente nós, que lutamos em defesa das mulheres, dos trabalhadores, das trabalhadoras, achamos que esse ataque, repito: voluntário ou involuntário, do qual o próprio jornal, o meio de comunicação *Correio Braziliense* já se desculpou formalmente, é tão penoso, é tão doloroso, é tão sensível ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, como é a reforma trabalhista, Senador Paulo Paim, que também faz questão de desconhecer direitos já conquistados pela mulher, faz questão de passar por cima da identidade feminina, das necessidades das mulheres, apenas em nome do lucro, em nome do grande capital.

Eu aqui me refiro a um dos aspectos da lei da reforma trabalhista – nós esperamos a medida provisória para revogá-lo –, que é a possibilidade de mulheres gestantes e lactantes trabalharem em lugares insalubres, Senador Paulo Paim. Isso afeta tanto as mulheres, como afetou a coluna publicada no jornal *Correio Braziliense*, como afeta a proposta de reforma previdenciária, que V. Ex^a abordou da forma tão competente como sempre, porque, afinal de contas, a reforma previdenciária não apenas retira direitos de todos, genericamente, mas retira um pouco mais ainda dos direitos das mulheres, que temos como uma das poucas conquistas a diferenciação na hora da aposentadoria, o direito de nos aposentarmos cinco anos antes dos homens. Por quê? Porque desempenhamos, cotidianamente, uma tripla jornada de trabalho. O reconhecimento vem daí, uma vez que não vem no salário, uma vez que não vem no descanso semanal. Não. Aí dizem: "não, mas as mulheres já têm licença-maternidade, já têm todos os benefícios". Não é verdade. Junto com o benefício vêm logo vários malefícios.

Pesquisas recentes têm mostrado, Senador Paim, que mais da metade – mais da metade – das mulheres, alcançando quase a cifra de 80% das mulheres, que voltam ao trabalho da licença-maternidade, são demitidas com dois anos. Ou seja, volto a repetir o que tenho dito com muita frequência da tribuna: esta sociedade capitalista, o mundo do trabalho penaliza o ser humano, a mulher, na sua função mais nobre, que é a função da maternidade, da perenidade que damos à nossa própria espécie humana. A mulher é penalizada por isso.

Então, combater a cultura do machismo significa combater não apenas essas atitudes machistas no tratamento, no relacionamento, mas também atitudes machistas quanto aos direitos – quanto aos direitos –, porque se deixa de reconhecer o direito da mulher à aposentadoria anterior, o direito da proteção da mulher gestante no mercado de trabalho. Estão deixando de reconhecer a necessidade do tratamento diferenciado da própria mulher. Isso significa, sem dúvida nenhuma, um retrocesso.



Então, Sr. Presidente mais um dia aqui: 64. Ontem eu vim com a placa do 63. Hoje são 64 dias – 2 meses e 4 dias – que Michel Temer não cumpre a sua promessa de editar a medida provisória que muda a reforma trabalhista.

Senador Paulo, V. Ex^a foi o primeiro Senador desta Casa, após sancionada a lei da reforma trabalhista, a apresentar um projeto amplo, o Código do Trabalho, o Estatuto do Trabalhador. Na sequência, vários Senadores, até espelhados pelo exemplo de V. Ex^a – inclusive eu, o Senador Paulo, a Senadora Fátima, a Senadora Ângela, a Senadora Lídice, muitos – apresentaram projetos mudando uma lei recém-aprovada, recém-sancionada.

Mas, então, por que estou eu aqui, já que temos vários projetos tramitando que mudam a reforma? Por que eu venho diariamente aqui cobrar de Michel Temer que edite esta medida provisória? Porque é essa medida provisória que será analisada – não o projeto de V. Ex^a, não o meu projeto, não o projeto de ninguém. Nós sabemos que a Casa só analisa aquilo que quer. E a Casa não quer mudar esta reforma recém-aprovada, porque o mercado não quer mudar esta reforma recém-aprovada, mas os Senadores têm um compromisso. O Michel Temer tem um compromisso, não perante nós, da Minoria, da oposição, não perante as mulheres, que, sabendo de tudo o que poderíamos sofrer, ocupamos com o apoio de vários Parlamentares – como de V. Ex^a – esta mesa, pedindo apenas a aprovação de uma única emenda, uma única, que era a das mulheres não poderem trabalhar em lugar insalubre – gestantes e lactantes. Não é, Senador Paulo Paim?

Então, é necessária a medida provisória. Eu, Senador Paim, quero aqui lamentar que algumas entidades sindicais – e eu não me refiro à CTB, eu não me refiro à CUT, eu não me refiro à UGT, mas a algumas entidades sindicais – bateram fotografia ao lado de Temer, negociando o direito do trabalhador e da trabalhadora pelo imposto sindical. Não. Isso não é correto, Senador Paim.

A medida provisória virá. A medida provisória virá, porque assim exigiram os Senadores da Base de Temer. Só aprovaram a reforma...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...mediante o compromisso da edição da medida provisória. E aí eu quero ver de que lado estarão esses sindicatos: do lado de Temer ou do lado do povo brasileiro, do trabalhador e da trabalhadora?

Teremos uma segunda chance. O Brasil terá uma segunda chance de modificar essa lei. E se nós não tomarmos a rua, as ruas do Brasil inteiro, se trabalhadores e trabalhadoras não forem às praças, não forem às ruas, não vierem à Brasília, não procurarem os seus Deputados, os seus Senadores, a reforma continuará como está. Mas se houver uma grande mobilização, nós a modificaremos. Nós acabaremos com aquele tal autônomo exclusivo.

O autônomo exclusivo, Senador Paim, é acabar com a carteira de trabalho assinada. Eles dizem: "Não é verdade, vocês mentem, porque ninguém mexeu na Constituição: décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, tudo é direito constitucional". De fato, mas direito constitucional para quem? O desempregado tem décimo terceiro? O desempregado tem direito a férias? Não. Esse é um direito para quem é trabalhador, empregado, com carteira de trabalho assinada, ou concursado do serviço público, ou contratado temporário de serviço público. Esses têm os direitos constitucionais. Aquele que trabalha por conta própria, que tem o seu CNPJ, não tem esse direito. Então, esses perdem, sim. E na lei que eles aprovaram, está escrito: "qualquer setor pode contratar o autônomo, exclusivo ou não, contínuo ou não" – o que significa um autônomo trabalhando para um único patrão ou para mais de um patrão, sem carteira assinada,



mas desenvolvendo o mesmo trabalho que desenvolvia antes, exatamente o mesmo: dentro da fábrica, na empresa de segurança, na empresa de serviços gerais, no escritório, no hospital, no colégio, em todos os lugares. Não há limites, como não há limite para o contrato do trabalho intermitente. O que é o intermitente? É o contrato por hora. Esse acaba com o salário mínimo. Esse acaba com o salário mínimo!

Não venham eles dizer que querem proteger o jovem estudante, que estuda e precisa trabalhar um período só. A legislação protege esses; a legislação protege, mas não protege o suficiente. Então, vamos mudar o que tem que ser mudado, mas não ampliar para todos o tal do trabalho intermitente e a tal de possibilidade do autônomo exclusivo, Senador Paim.

Olha, Michel Temer, não é por esse cidadão que eu levanto isso todo dia, mas é pelos meus colegas que assinaram o documento. É o documento que eu disse que traria todos os dias aqui, o documento assinado pelos Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Líder do Governo aqui, na Casa. Eles assinaram um documento se comprometendo, dizendo que só aprovariam o projeto, porque viria uma medida provisória modificando vários pontos. Então, aguardamos.

O Senador Romero Jucá disse que a medida provisória só será editada a partir de novembro que é quando entra em vigor a lei sancionada pela Presidência da República. Novembro é tarde, porque gera uma expectativa no mundo dos empregadores, no mundo do patronato que dificilmente poderá ser revertida. Ele tem que editá-la agora, agora, agora! E não adianta o Sr. Romero Jucá querer jogar a culpa em outros Senadores, como tentou fazer para mim pessoalmente, como tentou justificar. Não! A palavra é de Temer, a palavra foi dele, e ele disse que assim que fosse sancionada viria a medida provisória. E nós continuamos a guardar a medida provisória.

Presidente, eu quero entrar aqui no último tema que me traz à tribuna. O último tema que me traz à tribuna diz respeito à segunda denúncia feita pelo Ministério Público contra Michel Temer. Aqui está – é esta aqui. São centenas de páginas, são 245 páginas, Senador Paim. Não páginas com ilações. Não! Diferentemente de algumas outras denúncias, aqui não há ilação; aqui há provas, provas claras, provas contundentes. Vamos lá por ordem cronológica.

O que significou um Presidente da República receber um dos maiores empresários do Brasil na calada da noite, fora da agenda, com o acerto prévio de ele não ser sequer reconhecido na portaria do Palácio do Jaburu, com a recomendação de sequer o seu carro ser parado? Ele foi dirigindo o próprio carro, tendo acertado previamente para conversar com o Presidente Michel Temer, 10h da noite no porão do Palácio do Jaburu – eu nem sabia que existia porão no Palácio do Jaburu –, naquela conversa. E o Brasil inteiro ouviu, reouviu, ouviu muitas vezes e agora novamente a conversa dos dois. Logo depois que ela foi divulgada na imprensa, Michel Temer começou a chamar o cidadão de um marginal, um grande corrupto, mas não era antes, quando ele o recebeu na calada da noite, num palácio público do Governo brasileiro, pedindo à segurança que sequer identificasse o carro ou que a pessoa que estava dentro do carro sequer fosse identificada.

Logo na sequência, na conversa, um dos temas tratados foi quem seria o interlocutor de confiança de Michel Temer com aquele empresário que vem a ser Joesley Batista, que "por acaso"... E "por acaso" entre aspas, porque está preso, tendo feito um acordo extremamente benevolente com o Ministério Público Federal que acabou de ser rescindido. E eles estão presos não mais provisoriamente, agora preventivamente – preventivamente, sem data e período determinado. Esse foi o empresário que Michel Temer recebeu e que a ele determinou que o seu interlocutor de



confiança seria Rodrigo Rocha Loures, ex-Deputado Federal, pelo Estado do Paraná. Dias depois, esse interlocutor de Michel Temer foi flagrado, filmado recebendo, carregando, correndo nas calçadas de São Paulo com uma mala com R\$500 mil. O interlocutor de Michel Temer, o interlocutor de Michel Temer!

Vamos lá. A denúncia primeira foi feita, e a Câmara dos Deputados infelizmente não autorizou a abertura do processo pelo Supremo Tribunal Federal. E por que a Câmara dos Deputados não autorizou? A imprensa é que diz, que relata e que mostra com provas: liberação de emendas parlamentares, nomeação de cargos. Ele se livrou de um processo no Supremo e permaneceu na Presidência à custa de muito gasto do dinheiro público de um País que está corroído com o desemprego, de uma Nação que vê o salário do trabalhador ser corroído a cada dia que passa, de um País que não tem dinheiro para a saúde, que não tem dinheiro para a educação. Foram R\$14 bilhões gastos à época para manter Michel Temer no poder!

E, agora, diante da segunda denúncia, se apressa o Palácio do Planalto para dizer que a denúncia é mais fraca. Não é verdade. A denúncia agora é mais forte, por várias razões. Primeiro, essas provas de Rocha Loures correndo com uma mala de R\$500 mil não podem ser enterradas, não são esquecidas, como o diálogo de Michel Temer, na calada da noite, no Palácio do Jaburu, com Joesley Batista. Além disso, veio a delação de Funaro. Além disso, Senador Paim, veio o apartamento em Salvador com R\$51 milhões – R\$51 milhões. Eu estava com a foto agora do dinheiro, e é algo assim estarrecedor. São R\$51 milhões em dinheiro vivo! E tudo indica, pela delação de Funaro feita até aqui, que esse dinheiro não é de propriedade única e exclusiva de Geddel Vieira Lima. Não! Tudo indica que parte desse dinheiro é de Michel Temer.

Aliás, aqui na denúncia – vou ler só as duas últimas páginas, que a caracterizam –, eles estão sendo...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... denunciados, Senador Paim, por obstrução à Justiça e por quadrilha organizada, grupo organizado.

Vamos lá. Eu vou ler apenas um item, muito rápido, se V. Ex^a me permite.

Adequação típica das condutas narradas.

Assim agindo, Michel Miguel Elias Temer Lulia, Eduardo Consentino da Cunha, Henrique Eduardo Lyra Alves, Geddel Quadros Vieira Lima, Rodrigo Santos Rocha Loures, Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco...

São sete ilustríssimos membros do PMDB. E onde estão os sete? Quatro estão presos, Senador Paim. Quatro estão presos, e três estão no Palácio do Planalto. Vejam os senhores, um grupo de sete. Quatro estão presos e três no Palácio do Planalto, sendo que um é a figura mais importante, o Presidente da República, Michel Temer, que não reúne condições morais, éticas e políticas de continuar um dia sequer no poder.

Continuando a leitura.

[Essas sete pessoas, esses sete ilustres dirigentes do PMDB] ao promoverem, constituírem e integrarem dolosa e pessoalmente organização criminosa formada por mais de quatro pessoas, inclusive agentes públicos que se utilizaram de suas funções para cometer infrações penais, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas,



preordenada a obter vantagens no âmbito da Administração Pública direta e indireta e da Câmara dos Deputados, cometaram o crime de pertinência a organização criminosa qualificado, previsto no art. 2º, §4º, II, III e V, da Lei nº 12.850, de 2013, sendo que em relação a Michel Temer, incide também o art. 2, §3º daquele diploma legal por ter atuado como líder da organização criminosa desde maio de 2016.

A organização criminosa nesse caso se caracteriza pela associação de bem mais de quatro pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem econômica e política, mediante a prática de infrações penais de penas máximas superiores a quatro anos (ao menos corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro), todos sancionados com penas máximas superiores a quatro anos de privação de liberdade, e de caráter transnacional.

Parte do produto ou proveito do crime se destinava ao exterior. Outrossim, há transnacionalidade dos delitos. Outra causa de aumento de pena decorre do concurso do funcionário público (art. 2º, §4º, II, III e V).

De outra parte, Michel Temer, com vontade livre e consciente, instigou Joesley Batista a pagar, por meio de Ricardo Saud, vantagens indevidas a Lúcio Funaro, com a finalidade de impedi-lo de firmar acordo de colaboração. Com essa conduta, Michel Temer, Joesley Batista e Ricardo Saud embaraçaram as investigações de infrações praticadas pela organização criminosa, e cometaram, assim, o crime previsto no art. 2º, §1º da Lei nº 12.850, de 2013.

Além do embaraço, foram descritos vários outros fatos ilícitos que demonstram que a organização criminosa continua a operar. Nesse sentido, aplica-se a lei vigente a partir de setembro de 2013 (Lei nº 12.850/13). Conduta permanente, mesmo iniciada antes dessa data, passa a ser regida pela nova lei, nos termos do enunciado da Súmula nº 711 do Supremo Tribunal Federal. A organização criminosa não esgotada até dezembro de 2013 se encaixa no crime surgido após essa data, tipificado no art. 2º do referido ato normativo.

Vejam: organização criminosa e obstrução de Justiça. Esses dois crimes gravíssimos se dirigem diretamente a Michel Temer.

Veja, Sr. Presidente, eu estou aqui com cópia de um jornal de circulação nacional datado de 13 de fevereiro deste ano de 2017. Olhe a manchete, Senador Paim: "Michel Temer disse ao Brasil que ministros denunciados na Lava Jato serão afastados". Foi ele quem disse que ministros denunciados na Lava Jato seriam afastados. Inquéritos, muitos já haviam sido abertos contra ministros seus, e ele dizia que inquérito não é denúncia, não é acusação ainda, é apenas uma investigação, mas que, se os ministros dele forem denunciados ou virarem réus, esses serão afastados. Isso ele disse em fevereiro deste ano de 2017. E olhem agora o que ele diz – estou aqui com o jornal de hoje. Aliás, todos os jornais publicaram isso. Tenho aqui uma cópia da *Folha de S.Paulo* e uma cópia do *Estadão*. Dizem o seguinte: "Michel não afasta ministros acusados", "Temer recua e pretende manter ministro denunciados no governo".

Por que será que ele recuou, Senador Paim? Ele recuou, porque ele próprio está denunciado. Se tivesse um mínimo de dignidade, seria ele o primeiro a pedir demissão, seria ele o primeiro a renunciar a um cargo que ele nunca conquistou, que foi o cargo de Presidente da República que nunca conquistou. "Ah, mas ele foi eleito Vice-Presidente." Sim, mas Vice-Presidente não é



Presidente. Não é Presidente, ainda mais, porque tirou a Presidente através de um golpe. Nós dizíamos: "Esse golpe é para colocar uma quadrilha no poder". E quem diz isso agora – aliás, já vem dizendo há algum tempo – é o Ministério Público. Está aqui: organização criminosa, sete denunciados. O núcleo principal pensante do golpe contra a Presidente Dilma. Dos sete, quatro presos e três permanecem no Palácio do Planalto.

E o Michel, se levássemos em conta o que ele disse em fevereiro, esses dois outros que restaram já deveriam ter saído, porque ele afastaria quem fosse denunciado – mas não o faz, porque ele próprio está denunciado, ele próprio está denunciado.

Então, Presidente, é difícil a situação que nós vivemos no Brasil. É muito difícil. Ou nós entendemos que é preciso que a população se mobilize, ou, então, nós teremos cada vez mais problemas. E nós veremos avançar essa pauta recessiva. Nós vemos o golpe se consolidar, porque a consolidação do golpe é a reforma trabalhista, é a reforma previdenciária, é a privatização da Eletrobras, foi a emenda do limite de gastos, o favorecimento ao setor rentista. É a entrega do Brasil para os estrangeiros e para os rentistas, os parasitas que não produzem nada e são os que mais enriquecem, contra uma vida triste do trabalhador brasileiro.

Senador Paim, está aqui: "Pontos acordados". Chegou agora para mim o documento "Pontos acordados", entre os Senadores e o Michel Temer, sobre a reforma trabalhista. Eu, antes de concluir, vou ler parte daqui.

Mas, Presidente, para concluir essa parte, quero dizer que nós precisamos da mobilização da população, e aqui eu não quero fazer nenhuma crítica a quem bateu panelas, pedindo a saída da Presidenta Dilma. Eu discordo daquela atitude, mas não critico quem fez, porque acho que a maioria da população que fez estava fazendo com boas intenções, acreditando que, de fato, Dilma era responsável por tudo: pela crise econômica, pelo desemprego, pela corrupção.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Esses agora estão acuados. Estão acuados, porque, lá no fundo, se sentem um pouco responsáveis por Michel Temer no poder. Não dá para acuar nesse momento, é preciso vir à rua, é preciso trazer a panela de volta, é preciso bater novamente para tirar esse cidadão do poder. Porque tirar o cidadão do poder significa não permitir a consolidação do golpe, não permitir a aprovação dessas reformas que estão em curso. É isso que nós queremos.

E eu, Presidente, quero concluir essa parte lendo uma parte da coluna publicada hoje no jornal *Folha de S.Paulo* por Bernardo Mello Franco, que é um colunista que escreve cotidianamente no jornal. Ele diz o seguinte, ele diz: primeiro, que a denúncia contra Michel Temer – e aqui eu abro aspas e passo a ler:

A nova denúncia [essa nova denúncia contra Michel Temer] reúne mais provas do que a anterior. Entre elas, recibos de depósitos no exterior e planilhas do Drousys, o sistema secreto que registrava o repasse de propinas da Odebrecht. A peça é reforçada pela delação de Lúcio Funaro, o doleiro que entregou um "pacote" ao melhor amigo do presidente [que é aquele pacote com dinheiro].

O Planalto já searma para a nova batalha na Câmara. À primeira vista, o cenário parece indicar outra vitória do governo. Temer conseguiu enterrar a denúncia por corrupção passiva com 263 votos, quase uma centena a mais que os 172 necessários.



Contam a seu favor [e aí que eu chamo a atenção, Senador Paim] o silêncio das ruas, o apoio do empresariado e o desejo de "estancar a sangria" causada pela Lava Jato, que une políticos de todos os grandes partidos.

Veja, Sr. Presidente, conta a favor de Michel Temer o silêncio das ruas. Eu concordo em gênero, número e grau com o articulista Bernardo Mello Franco. É isso que nós temos dito.

Nós somos minoria hoje no Senado Federal, aqueles que entendem que precisa Temer sair do poder para responder a tudo que responde; sair do poder para estancarmos essa agenda regressiva e recessiva. Os outros, que ainda não entenderam isso, precisam ser convencidos pela opinião pública, aqueles que têm tanto poder.

Essa não é hora de abrir feridas do passado, não é hora de abrir feridas do passado; é hora de olhar para frente, é hora de olhar para o futuro do nosso País, para o futuro da nossa gente. É hora de fazer isso. Não é hora de divisão daqueles que eram contra ou a favor da Presidente Dilma. Esses todos têm que estar unidos, todos os que amam a democracia, todos os que amam o Brasil, a Amazônia.

Estão aí todos reclamando da Renca. Quem assinou o decreto da Renca? Michel Temer. Quem já sabia do decreto da Renca? O Brasil não sabia, o povo brasileiro não sabia, o Parlamento brasileiro não sabia, mas os canadenses sabiam.

Então, vamos esquecer as divergências do passado e olhar para o futuro. Vamos dizer não a Temer, porque dizer não a Temer é dizer não à reforma previdenciária; é dizer não às privatizações; é dizer não à entrega da Amazônia.

É assim, Sr. Presidente, que eu concluo o meu pronunciamento.

Vou pedir mais uma vez, Senador Paim, a V. Ex^a, que está com muita paciência aí a me ouvir: vamos incluir, novamente, nos *Anais* da Casa, os pontos de acordo, assinados pela Senadora Marta Suplicy, Tasso Jereissati, Edison Lobão, Ricardo Ferraço e Romero Jucá. É um acordo que fazem para que o Presidente Michel Temer modifique a reforma trabalhista no que diz respeito ao trabalho intermitente, à jornada de 12 por 36, a salvaguardas da participação sindical na negociação coletiva, a gestantes e lactantes, à insalubridade e à negociação coletiva, ao dano extrapatrimonial e autônomo. Assinaram esses, pedindo que esses pontos todos fossem mudados.

Eu encaminho a V. Ex^a, Senador Paim, para que o coloque nos *Anais*.

Eu acho que temos que pregar aqui, nas paredes...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... temos que pregar, nas paredes, esse acordo, para que os nossos pares, Senadores e Senadoras, cobrem do Presidente Temer o acordo que fizeram anteriormente.

Muito obrigada, Senador Paim.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN (Vide item 2.1.1 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Pontos Acordados.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Vanessa, quero só cumprimentá-la. Se eu pudesse, assinaria embaixo de todo o seu pronunciamento, do início ao fim.

Além da questão específica dos atos criminosos do Presidente, que vão ser, enfim – espero eu –, julgados pelo Supremo, quero dar um destaque para a gaúcha Manuela d'Ávila.

Realmente ela é uma figura especial. Parceira de todas as horas, das grandes causas. A Manuela escreveu uma história bonita aqui, como Deputada Federal, e agora também belíssima como Deputada Estadual. É uma Deputada que sempre esteve ao lado de todos os movimentos sociais, como também V. Ex^a.

Eu queria fazer essa homenagem à Deputada. Tudo que a senhora falou sobre a postura dela, desde quando ela iniciou aqui, como agora, que ela está lá. Provavelmente, ela seja uma das candidatas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Maravilha.

Assim, V. Ex^a, Senador Paim (*Fora do microfone.*), me chama a fazer campanha no Rio Grande do Sul para estar ao lado de Manuela e de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E nós todos vamos fazer campanha para a senhora no Amazonas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim, com esse brilhante pronunciamento da Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora do Amazonas, nós encerramos os trabalhos no dia de hoje. Na segunda-feira, estaremos aqui.

Que Deus ilumine todos e que possamos fazer uma grande frente ampla pelo Brasil, com os melhores quadros: poetas, escritores, analistas, cientistas políticos, empresários com responsabilidades sociais, Senadores e Senadoras, a exemplo dos que usaram a tribuna no dia de hoje. Que nós pensemos num País para todos – e isso é possível. Vamos construir juntos um grande projeto de Nação. Este País tem tudo para dar certo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 17 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 133^a SESSÃO

EXPEDIENTE

**Discursos e documentos encaminhados à
publicação**



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira repudia totalmente a iniciativa do governo Temer de privatizar a Casa da Moeda.

Em Carta Aberta ao Povo Brasileiro, a entidade faz ampla denúncia dos ataques que o governo está desferindo contra a soberania nacional ao tentar entregar o patrimônio da Casa da Moeda. A Casa da Moeda é uma empresa pública que gera recursos que são investidos no país.

Privatizar a Casa da Moeda do Brasil é apenas o início de um ataque bem maior que busca colocar a nossa economia de joelhos frente a outros países e aos bancos privados.

Conforme a Carta Aberta ao Povo Brasileiro. “O ataque à nossa capacidade de produção do meio circulante, nossa moeda, que intermedeia todas as transações comerciais em nosso país, é um erro estratégico que poderá abortar o futuro do nosso país como potência mundial. Os concorrentes estrangeiros da Casa da Moeda, em especial norte-americanos e europeus, gozam de uma proteção legal, formal e efetiva em seus mercados domésticos, onde leis locais proíbem as autoridades monetárias, tanto dos Estados Unidos como da União Europeia, de adquirir papel moeda de fábricas instaladas fora de seus territórios nacionais.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira alerta que se a nossa moeda for produzida por empresas estrangeiras, o nosso país ficará refém dessas empresas que não tem suas sedes nem sua produção em nossas jurisdições. Eles perguntam: Neste caso, como poderíamos nos defender, por exemplo, de falsificações que poderiam ser usadas para sabotar nossa economia? Deixaremos outro país ter esta alavanca de pressão sobre nós?

O governo Temer diz que a Casa da Moeda está tendo prejuízos sucessivos. Mentira. Tanto que, prontamente, foi rebatido pela direção da empresa.

Qualquer cidadão pode acessar o site da Casa da Moeda e consultar os balanços contábeis.

Desde a sua conformação como empresa pública, em 1973, aliás, ante ela era uma autarquia, a Casa da Moeda nunca precisou recorrer ao governo para fechar suas contas.

Aliás, ela sempre gerou lucros. Somente nos últimos sete anos, a empresa lucrou 2,83 bilhões de reais. Em 2013 o lucro foi recorde: 783,6 milhões de reais.

Como se trata de uma estatal, este lucro não é embolsado por nenhum acionista, parte dele fica na empresa para novos investimentos, uma menor parte para pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) dos trabalhadores, e a maior parte é transferida para os cofres públicos, podendo ser aplicado em saúde, educação, segurança pública e programas sociais diversos.

Portanto, Senhoras e Senhores, este senador que fala faz coro ao grito dos trabalhadores moedeiros. Não à privatização da Casa da Moeda.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são alarmantes os gastos em propaganda do governo Temer para convencer a população da necessidade da reforma da Previdência.

Todos sabemos do poder dos meios de comunicação – em especial, os de massa – um poder grandioso sobre a população brasileira.



Eles exercem um papel fundamental na formação da opinião pública e na formação de ideologias, seja influenciando positivamente, seja influenciando negativamente.

No caso da Previdência, o Governo Federal tem usado o poder da mídia para enganar a população, criando uma ilusão quanto à necessidade de uma reforma.

O suposto déficit da Previdência, tão propagado pelo governo e repetido pela imprensa, a um custo alto aos cofres públicos, é uma ideia vergonhosa, divulgada pelo governo, que tenta mascarar sua incompetência gerencial na utilização dos recursos públicos e na cobrança dos devedores da Previdência.

Estamos vivendo uma época em que informação é poder e quem tem a informação é aquele que tem “o mundo em suas mãos”.

Assim, podemos dizer que o poder, hoje, está na mídia, já que ela é a principal responsável pela transmissão dessa informação ao restante da população.

O problema enfrentado ultimamente é o modo pelo qual essa transmissão é feita.

Hoje quero mostrar o grande volume de recursos, dinheiro, que o governo está gastando junto aos mais diversos meios de comunicação, como tv aberta, jornais e rádios para enganar o povo.

A CPI da Previdência recebeu do Ministro MOREIRA FRANCO informações financeiras dos gastos que o Governo Federal efetuou para influenciar a população brasileira, com o objetivo de convencer da suposta necessidade de reformar a Previdência.

Pasmem o valor gasto até 31 de julho de 2017 foi de R\$ 184.648.119,46 (cento e oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e dezenove reais e quarenta e seis centavos).

Quantas escolas e hospitais poderiam ser reformados e dar melhor qualidade de atendimento à população?

Alguns meios de comunicação que foram contratados:

- TV Globo
- TV Bandeirantes
- TV Record
- TV SBT
- RTV
- TVB
- GLOBOSAT
- TV RELIGIOSA SECULO XXI
- TV RELIGIOSA GENESIS
- TV RELIGIOSA REDE VIVA
- Rádios FM
- Rádios AM
- JORNAIS IMPRESSOS

Concluo com um pensamento muitas vezes citados quando pensamos na força de se repetir uma mentira:

“Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”, essa frase é de Joseph Goebbels, que foi ministro da Propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista, exercendo severo controle sobre as instituições educacionais e os meios de comunicação.

O que estamos vendo é o Governo Federal repetindo mil vezes uma mentira, usando o dinheiro público, repito R\$ 184.648.119,46 (cento e oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta



e oito mil, cento e dezenove reais e quarenta e seis centavos), tentando transformar numa verdade e usando os meios de comunicação para isso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu recebi um texto publicado nas redes sociais sobre escravidão moderna. Pela importância do tema e pelos dados apresentados, eu vou registrá-lo aqui.

“Estudo realizado pelo economista norte-americano Siddharth Kara, da Universidade de Harvard, aponta que a escravidão é muito mais rentável hoje do que era nos séculos 18 e 19, quando a escravização de pessoas africanas era a base da produção em colônias europeias no sul do mundo.

De acordo com Kara, hoje traficantes de escravos lucram entre 25 e 30 vezes mais do que aqueles dos séculos passados.

O jornal britânico *The Guardian* publicou, no último dia 31, dados de “Escravidão moderna”, livro do economista que será lançado nos Estados Unidos em outubro.

Sua pesquisa concluiu que a média anual do lucro gerado por um escravo a seu explorador chega a 3.978 Dólares (equivalentes a 12.447 Reais).

Já a escravidão humana para fins sexuais gera quase dez vezes esse valor: os lucros com a exploração sexual de pessoas podem chegar a 36 mil Dólares (equivalentes a 112.651 Reais) ao ano, afirma o especialista em escravidão e diretor do Centro Carr de Políticas de Direitos Humanos da universidade norte-americana.

“A escravidão hoje é mais rentável do que eu poderia ter imaginado”, disse Kara ao *Guardian*.

O economista estima que o lucro total anual aferido por exploradores de pessoas com a escravidão moderna chegue a 150 bilhões de dólares (equivalentes a 467 bilhões de reais).

De acordo com os dados levantados por Kara, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual representa 50% de todo o lucro gerado pela escravidão moderna, apesar das vítimas de escravidão sexual serem apenas 5% de todas as pessoas escravizadas atualmente.

O economista baseou sua pesquisa em dados de 51 países em um período de 15 anos e entrevistou mais de 5 mil pessoas que foram vítimas da escravidão moderna.

Especialistas estimam que cerca de 13 milhões de pessoas foram sequestradas na África e vendidas como escravas nas Américas por traficantes profissionais entre os séculos 15 e 19.

Hoje, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima que pelo menos 21 milhões de pessoas no mundo são exploradas em alguma forma de escravidão moderna.

Enquanto nos séculos anteriores a escravidão implicava longas viagens transoceânicas e havia uma alta taxa de mortalidade entre as pessoas sequestradas e exploradas como escravas, a escravidão moderna gera mais lucro por vítima devido ao menor risco para os exploradores de pessoas e pelo menor custo do transporte das vítimas.

Os grandes fluxos migratórios, incluindo migrantes econômicos e refugiados de conflitos, são uma fonte fácil e barata de vítimas para os traficantes de pessoas e que depois serão exploradas na indústria da moda, da alimentação e nas redes de prostituição, entre outros setores.

“A vida humana se tornou mais descartável do que nunca”, disse Kara.



"Escravos podem ser comprados, explorados e descartados em períodos de tempo relativamente curtos e ainda geram grandes lucros para seus exploradores.

A ineficiência da resposta global à escravidão moderna permite que essa prática continue existindo. A não ser que a escravidão humana seja entendida como uma forma cara e arriscada de exploração do trabalho alheio, essa realidade não vai mudar", completou o economista.

Sr. Presidente. A edição do texto é do Ópera Mundi.

Era o que tinha a dizer.



Documento encaminhado pela Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



PONTOS ACORDADOS

A senadora **Marta Suplicy**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais e os senadores **Tasso Jereissati**, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, **Edson Lobão**, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, **Ricardo Ferraço**, relator do PLC 38/2017 nas comissões de mérito (CAE e CAS) e **Romero Jucá**, líder do Governo no Senado Federal e relator do PLC 38/2017 na Comissão de Constituição e Justiça, **conjuntamente com os Senadores abaixo-assinados**, firmaram acordo sobre os seguintes temas constantes do projeto da Reforma Trabalhista (PLC 38/2017):

Trabalho intermitente:

Tendo em vista a necessidade de adotar critérios mais claros e objetivos com relação à abrangência do modelo de contrato intermitente, será necessário regulamentar melhor o tema, estabelecendo mecanismo de quarentena de 18 meses para evitar quaisquer riscos de migração de contratos por prazo indeterminado para o contrato intermitente. A multa de 50%, em caso de descumprimento contratual, será afastada, por impor inapropriados custos financeiros ao trabalhador. Também serão disciplinados os aspectos previdenciários do contrato intermitente, para salvaguardar a previdência social e, por consequência, o orçamento público. Por fim, também serão estabelecidos mecanismos de salvaguarda do empregado em caso de não convocação pelo empregador, tal como a rescisão automática com efeitos de distrato.

Jornada 12x36:

Será modificado o artigo 59-A, que permite a adoção da jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, para permitir essa forma de contratação apenas por acordo coletivo ou convenção coletiva, respeitadas as leis específicas que permitem a aplicação dessa jornada mediante acordo individual.

Salvaguardas à participação sindical na negociação coletiva:

- i. Neste quesito, será explicitado no caput do art. 611-A a obrigatoriedade de participação sindical na negociação coletiva, contendo, também,



- menção expressa aos incisos III e VI do art. 8º da Constituição Federal.
- ii. Será disciplinado que a comissão de representantes dos empregados não substituirá de nenhuma maneira a função do sindicato de defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Preserva-se a obrigatoriedade da participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos dos incisos III e VI do Art. 8º da Constituição Federal.

Gestantes e Lactantes:

Será reestabelecida a vedação do labor em locais insalubres. De forma excepcional, será permitido o trabalho de gestantes e lactantes em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo somente mediante apresentação, pela mulher, de atestado médico, emitido por médico do trabalho, que comprove devidamente a possibilidade de exercício de atividades laborais nesses locais. Resguarda-se, assim, a proteção à saúde da trabalhadora e, ao mesmo tempo, garante-se a empregabilidade da mulher.

Insalubridade e Negociação Coletiva:

Os incisos XII e XIII do art. 611-A serão reeditados para dispor que o enquadramento do grau de insalubridade e prorrogação de jornada em ambientes insalubres só poderão efetivar-se por meio da negociação coletiva, desde que respeitadas, na integralidade, as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Dano Extrapatrimonial:

- i. O caput do art. 223-C será modificado para definir de forma mais abrangente os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.
- ii. A vinculação da indenização exclusivamente ao salário contratual do ofendido, prevista no § 1º do art. 223-G, não será adotada. A metodologia será reavaliada, a fim de melhor refletir os princípios da dignidade da pessoa humana, isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, com vistas a conceder reparação justa ao ofendido, punição justa e educativa ao empregador, evitando-se excessos e o enriquecimento indevido.



iii. Por fim, entende-se que o agravamento da punição previsto no §3º do art. 223-G, deva dar-se não apenas entre partes idênticas, mas entre qualquer das partes, com vistas a coibir abusos reiterados por parte dos empregadores.

Autônomo em trabalho exclusivo:

Será estipulado que o contrato com trabalhador autônomo (art. 442-B) não poderá prever nenhum tipo de cláusula de exclusividade, sob pena de configuração de vínculo empregatício. Em outras palavras, será expressamente vedada o estabelecimento de qualquer cláusula que restrinja a prestação de atividade econômica a somente um empregador.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao Poder Executivo que estude um modelo de extinção gradual da contribuição sindical obrigatória, de forma a assegurar o planejamento financeiro e o adequado funcionamento das entidades sindicais e patronais.

Sen. MARTA SUPLICY

Sen. EDSON LOBÃO

Sen. TASSO JEREISSATI

Sen. RICARDO FERRAÇO

Sen. ROMERO IUCÁ

NÃO TEMOS A
VERGEM ASSINADA



Ofício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro





Ofício Pres/PMDB n.º 052/17

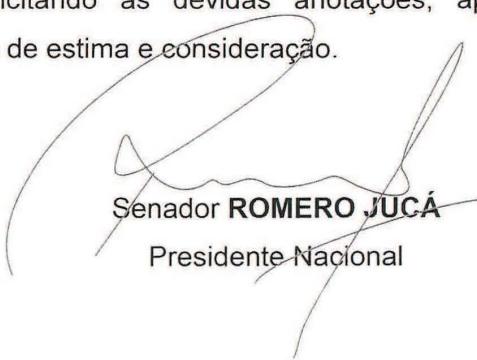
A publicar.
Em 15/09/17
F. Jucá

Brasília - DF, 14 de setembro de 2017.

**Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal,**

Com os meus cordiais cumprimentos, Venho à presença de Vossa Excelência comunicar a “DECISÃO” da Comissão Executiva Nacional do PMDB, adotada na reunião ocorrida em 13 de setembro do corrente, de suspensão da **Senadora da República KÁTIA REGINA DE ABREU (PMDB/TO)** de suas atividades partidárias em todos os níveis, e também de eventuais funções diretivas partidárias, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme Arts. 44 e seguintes do Código de Ética do PMDB.

Solicitando as devidas anotações, aproveito o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.


Senador ROMERO JUCÁ
Presidente Nacional

Recebido em: 14/09/17
Hora: 17:17

Lançar - Adiar
Adriana Alves Zaban - Matr. 221172
Secretaria-Geral da Mesa

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Nesta

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Câmara dos Deputados - Ed. Principal - T06 - Pç. dos Três Poderes
70.160-900 - Brasília - Distrito Federal
Tel.: (61) 3215-9206/ 9209
www.pmdb.org.br

Mensagem do Presidente da República

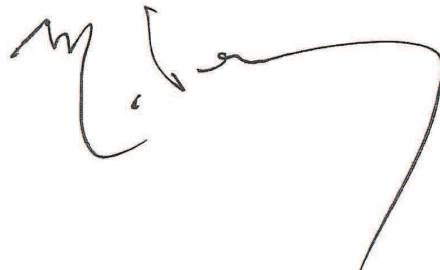


Mensagem nº 341

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.480 , de 13 de setembro de 2017.

Brasília, 13 de setembro de 2017.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 219/2017/PS-GSE

Brasília, 14 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.514, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 322, de 2008, nessa Casa), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário

Recebido em 14/09/2017
Hora: 18:22

Thiago Geovani Pires Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 220/2017/PS-GSE

Brasília, 14 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Arquivamento de Projeto de Lei**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi arquivado o Projeto de Lei nº 6.382, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 317, de 2005, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet”, em virtude de rejeição nas Comissões de mérito.

Atenciosamente,

Deputado GIACORO
Primeiro-Secretário

Recebido em 14 / 09 / 2017
Hora: 18 : 22

Diogo Geovani Bues Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM

Ofício do Ministro de Estado da Fazenda





SENADO FEDERAL

OFICIO "S"

Nº 66, DE 2017

Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



Ofício nº 11.547 /SE-MF

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, encaminho, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
2. A descrição dos status presentes nos arquivos em PDF pode ser verificada em <http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem/glossario>, escolhendo-se a letra “S”.
3. Os dados relativos às dívidas consolidadas são extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
4. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF nº 43/2001, em conformidade com a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de

Esplanada dos Ministérios, Bloco “P” - 4º andar - 70048-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3412.2454 - Endereço eletrônico: se.df@fazenda.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria-Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 4º andar
70048-900 - Brasília - DF
Endereço eletrônico: se.df@fazenda.gov.br
Tel.: (61) 3412.2412 - Fax: (61) 3412.1824

processos de autorização regidos pela RSF nº 43/2001, as informações pertinentes estão no arquivo “estados-e-municípios-operacoes-vedadas.pdf”.

5. Em relação ao art. 42 da RSF nº 43/2001, é de se informar que, atualmente, é vedada qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 148/2014.

6. Cabe ressaltar que tais informações encontram-se reunidas e publicadas mensalmente para consulta pública na página do Tesouro Nacional na internet, sob o título “Disponibilização dos Indicadores Fiscais e do Relatório ao Senado Federal”, no seguinte endereço eletrônico: www.tesouro.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento. As informações presentes naquele sítio eletrônico são atualizadas todo mês, e estão dispostas nos seguintes anexos digitais:

a) estados-e-municípios-DCL-e-RCL.csv:

Posição de Endividamento dos Estados e Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF nº 43/2001

b) estados-e-municípios-operações-de-crédito-e-garantias.pdf:

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas, regularizadas, pendente de regularização ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF nº 43/2001, e ao art. 24 da RSF nº 43/2001.

c) estados-e-municípios-operacoes-vedadas.pdf:

Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 9/2017;





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria-Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 4º andar
70048-900 - Brasília - DF
Endereço eletrônico: se.df@fazenda.gov.br
Tel.: (61) 3412.2412 - Fax: (61) 3412.1824

Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 9/2017.

7. O trâmite das operações de crédito na STN poderá ser consultado por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito".
8. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e para, sob solicitação dessa Casa Legislativa, realizar melhorias no fluxo de informações de que tratam os dispositivos legais citados.

Respeitosamente,


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Secretário Executivo do Ministério da Fazenda



Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 75, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Mensagem (SF) nº50, de 2017, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Lasier Martins

14 de Setembro de 2017





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

RELATÓRIO N° , DE 2017

SF/17919.53360-10

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº
50, de 2017 (nº 289, de 17 de agosto de 2017, na
origem), do Presidente da República, que *submete*
à apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal,
e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº
11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do
Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS,
Ministro de Segunda Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na
República Democrática do Congo.

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, nascido em 16 de setembro 1961, na cidade de São Paulo-SP, é filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos.

Concluiu a graduação em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula-RJ, em 1983, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1989. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992.

ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS tornou-se Terceiro-Secretário em 1993; Segundo-Secretário em 1998; e Primeiro-Secretário em 2005. Por merecimento, chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

O indicado desempenhou, em sua carreira, várias funções, com destaque para as seguintes: Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami (1997-2000); Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Abuja (2006-2009); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em Paris (2009-2011); Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Riade (2011-2013); e Embaixador na Monróvia desde 2013.

Em 1997, foi agraciado com a Ordem ao Mérito, na Itália, no grau de Cavaleiro.

Também em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Congo. O documento dá notícia das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República Democrática do Congo é unitária e semipresidencialista. O vasto território congolês é rico em recursos naturais. Conta com a segunda maior cobertura de floresta tropical do mundo; recursos minerais de alto valor, a exemplo de ouro, diamantes e cobalto; e as chamadas “terras raras”, que são usadas como insumos na produção de

SF/17919.53360-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

tecnologia de ponta. Detém, ainda, o maior potencial hídrico e energético do continente africano e extensas áreas agricultáveis não exploradas.

Alcançada a independência do Reino da Bélgica no ano de 1960, a instabilidade fundada em divergências ideológicas propiciou ambiente favorável ao golpe de Estado capitaneado por Mobutu, com apoio dos Estados Unidos da América e da Bélgica. Foi instituído regime de partido único e mudado o nome do país para Zaire. A era Mobutu durou mais de 30 anos, de 1965 a 1997, tendo sido marcada por intensa corrupção. Em 1996, iniciaram-se conflitos regionais que levaram à queda de Mobutu no ano seguinte, e se estenderam até o ano de 2003, quando, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, começou o período de transição política e estabilização. De 2006 a 2015, houve acentuado crescimento da economia congolesa.

SF/17919.53360-10

Vale registrar que as eleições diretas presidenciais deveriam ter ocorrido em 2016. As sinalizações de que o cronograma eleitoral não seria cumprido fizeram surgir, no ano de 2015, forças oposicionistas ao governo de Kabila. Após esforços de mediação entre governo e oposição, as eleições estão previstas para este ano de 2017 ainda.

No plano bilateral, Brasil e República Democrática do Congo estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1972, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa, a qual foi fechada em 1997, dada a instabilidade política no país. Foi reaberta apenas em 2004.

O governo congolês considera o Brasil como modelo de desenvolvimento socioeconômico nacional, haja vista as similaridades entre os dois países, sobretudo no que diz respeito aos recursos naturais.

Seguindo tendência do comércio exterior entre Brasil e África, o intercâmbio comercial de bens entre o Brasil e a República Democrática do Congo sofreu retração de 16,5% (de US\$ 61,5 milhões para US\$ 51,3 milhões).

Entre 2012 e 2016, predominaram, nas vendas brasileiras para a República Democrática do Congo, produtos da cadeia alimentícia e farmacêutica. Já as importações concentraram-se, essencialmente, em minérios e combustíveis. Em 2016, os cinco principais grupos de produtos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

exportados pelo Brasil para a República Democrática do Congo foram carnes e miudezas comestíveis; açúcar; preparações à base de carne; produtos farmacêuticos; malte e produtos da moagem, o que representou 84,2% do total das vendas brasileiras para o país africano. No mesmo ano, os principais grupos de mercadorias adquiridos pelo Brasil foram cobre; combustíveis; metais comuns; enzimas preparadas; que representaram 100% das importações brasileiras provenientes desse mercado. O cobre constitui o principal produto exportado por aquele país para o Brasil, com participação superior a 50% do total das vendas.

SF/17919.53360-10

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefe de missão diplomática

MSF 50/2017 - ANDRÉ L SANTOS

Início da votação: 14/09/2017 08:53:30

Fim da votação: 14/09/2017 10:05:32

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ	votou	4. FERNANDO BEZERRA COELHO	votou
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
ACIR GURGACZ	votou	2. JOSÉ PIMENTEL	
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS	votou	4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	votou
RICARDO FERRAÇO	votou	3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPIÑO		4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR	votou	1. VAGO	
PEDRO CHAVES	votou	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 14/09/2017**

**Senador Fernando Collor
Presidente**



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 50/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, COM 15 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

14 de Setembro de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 332, DE 2017

Estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral, destinado ou referente aos detentores de cargos públicos.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (PMDB/PR)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° DE 2017

Estabelece normas sobre o tratamento protocolar escrito e oral, destinado ou referente aos detentores de cargos públicos.

Art. 1º. No conteúdo de correspondências destinadas ao serviço público, fica proibido o uso de pronomes de tratamento, excepcionada a palavra Senhor, e suas derivações de gênero e número, que será utilizada quando o destinatário for:

I – nos órgãos dos Poderes Executivos,

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado;
- d) Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal;
- e) Oficiais-Generais das Forças Armadas;
- f) Embaixadores;
- g) Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial;
- h) Secretários de Estado dos Governos Estaduais;
- i) Prefeitos Municipais;
- j) Oficiais-Coronéis de Polícia e do Corpo de Bombeiros;
- k) Delegados de Polícia.

II - nos órgãos dos Poderes Legislativos:

- a) Deputados Federais e Senadores;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União;
- c) Deputados Estaduais e Distritais;



- d) Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; e
- e) Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

III – nos órgãos dos Poderes Judiciários:

- a) Ministros dos Tribunais Superiores;
- b) Desembargadores ou Juízes de Tribunais;
- c) Juízes de direito, do trabalho ou federais; e
- d) Auditores da Justiça Militar;

IV – os membros de Ministérios Públicos federais e estaduais, bem como das Defensorias Públicas.

Art. 2º Nos casos dos cargos descritos no art. 1º, a descrição do destinatário nas correspondências será composta apenas pela palavra “Senhor”, ou suas derivações, seguida do nome do cargo.

Art. 3º Nas correspondências destinadas aos demais detentores de cargos públicos, o pronome de tratamento a ser utilizado na descrição do destinatário será apenas a palavra “Senhor” e suas derivações.

Art. 4º Em qualquer correspondência, o vocativo será sempre a expressão “Prezado Senhor” e suas derivações.

Art. 5º Em qualquer alusão oral destinada aos detentores de cargos públicos deverão ser utilizadas as seguintes normas:

I – quando destinada às autoridades elencadas no art. 1º, será utilizado apenas o nome do cargo como vocativo, e “Senhor” e suas derivações como pronome de tratamento;

II – quando destinada aos demais detentores de cargo público, deverá ser utilizada a palavra “você” ou “tu”, excetuados os casos de respeito em razão de idade, em que se admite-se o uso da palavra “Senhor”; e



III – os professores, em todos os seus níveis, deverão ser tratados por “senhor” e suas derivações.

Art. 6º As normas previstas na presente Lei:

I – aplicam-se igualmente a qualquer texto oficial, ainda que não caracterizado como correspondência.

II – devem ser observadas por qualquer autoridade remetente, independentemente de sua posição hierárquica em relação ao destinatário.

Art. 7º Qualquer cidadão está autorizado a, querendo:

I – utilizar o vocativo “você” ou “tu” quando dirigir-se a qualquer detentor de cargo público; e

II – não usar qualquer pronome de tratamento, quando fizer referência aos detentores de cargos públicos.

Art. 8º Qualquer desrespeito ou exigência, expressos ou velados, contra os direitos do cidadão, incluindo os servidores públicos, previstos nesta Lei configura crime de injúria discriminatória, punível com a pena prevista no art. 140, § 3º do Código Penal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A essência do estado democrático reside exatamente no fato de que o poder pertence ao povo e não ao governante.

Nele, o governante, o legislador e o juiz, assim como o servidor público de carreira, têm uma função a exercer e essa deve ser exercida em benéfico do povo.

Assim, o conceito de povo revestes-se, no estado democrático, de uma autoridade superior à do próprio governante, que exerce (ou deveria exercer) um papel, "latu senso", de servo, ou servidor, desse mesmo povo.

Feitas essa considerações, verifica-se incabíveis em uma democracia a continuidade de tratamento proctolar herdado da monarquia, derrubada que foi há mais de 120 anos.

Na democracia, todos são iguais, ou, pelo menos, deveriam ser. Dai por que o grande Ruy Barbosa, enaltecedo a pátria republicana, afirmou em célebre poema: "A pátria não é ninguém, são todos. É cada qual tem no seio dela o mesmo direito, a ideia, a palavra e a associação".

Ter essa "mesma palavra" e "mesmo direito" configura algo que somente se concretiza quando todos recebem o mesmo tratamento que, além de respeitoso, deve demonstrar a quebra das distâncias interpessoais que configuravam o paradigma monárquico, onde o rei concedia títulos nobiliárquicos a seus bajuladores.

O costume ampliar as distinções humanas conflita não apenas com a democracia, mas também com os mais basilares princípios do cristianismo, que constitui o pensamento religioso predominante no Brasil e que alça todos, indistintamente, a certa posição de irmãos, na medida em que oferta a todos o grau de filhos de um só Pai, ou seja, de um só Deus.

Todavia, essas distinções humanas ainda permeiam de forma abusiva as relações entre povo e governantes, achando-se esses imbuídos de certo direito de serem chamados de excelências ou de outros pronomes de tratamento incompatíveis com a igualdade de todos perante a lei.

Pergunto, o que há de excelente em um juiz ou parlamentar?

Antes de serem autoridades, são seres humanos e, como servidores públicos, são devedores ao povo da obrigação de lhes prestar serviço e com qualidade.

E, em suas funções, não têm o direito de reivindicar do povo um tratamento majestoso.

Reserva-lhes somente um direito protocolar: o de ser respeitado. Respeito, porém, é algo que se conquista e decorre, primeiro, do cumprimento do dever de se respeitar o próximo; segundo, das demais virtudes.

Se, por um lado, o título majestoso não confere virtude a ninguém (ainda que assim queiram os ditadores), por outro lado, exigir dos demais um tratamento diferenciado demonstra a falta de virtudes daquele que o exige.

Na proposta que hora apresento quero evidenciar para o cidadão mais simples que ele não é menor do que o presidente da República.

A propósito, a maior das inafastáveis realidades é que a morte revela a verdadeira igualdade de todos. Ela nos leva a todos para a humilhante redução a cinzas ou ossos integrados.

E o que nós somos? Nada além, como disse Fernando Pessoa, de meros cadáveres adiados. Portanto, como estamos todos mortos - já que isso é só uma questão de tempo - não temos qualquer razão concreta pra exigirmos tratamentos majestosos que em nada dignifica a humanidade.

Nesse contexto, creio que, quando Lula chamou a procuradora da república de "querida", deu um bom exemplo de cordialidade e respeito que deveriam permear as relações humanas.

É possível, porém, que ela não fosse do tipo de desejasse ser "querida", mas que fosse do tipo Que prefere ser chamada de excelência.



Vaidade das vaidades. Tudo é vaidade, como afirmava Salomão.
Mas a verdadeira excelência de um ser humano revela-se antes de tudo por meio
de sua humildade.

Sala das sessões, em



Realização de Sessão



A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, dia 18 de setembro, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE.



Término de prazo



Encerrou-se em 14 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2016 – Complementar; e aos Projetos de Lei do Senado nºs 232 e 726, de 2011, que tramitam em conjunto.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 50

RQM nº 420/2017	Omar Aziz	RISF Art. 13	De 29/08/2017 a 31/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 421/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 43, II	De 29/08/2017 a 01/09/2017	Licença Particular.
RQM nº 422/2017	Roberto Requião	RISF Art. 13	06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 423/2017	Fernando Collor	RISF Art. 13	30/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 424/2017	Roberto Muniz	RISF Art. 13	31/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 425/2017	José Agripino	RISF Art. 43, I	De 28/08/2017 a 11/09/2017	Licença saúde.
RQM nº 426/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 427/2017	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 428/2017	Tasso Jereissati	RISF Art. 13	31/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 429/2017	Dalirio Beber	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 430/2017	Zeze Perrella	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 431/2017	Jader Barbalho	RISF Art. 13	31/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 432/2017	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 433/2017	Rose de Freitas	RISF Art. 13	31/08/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 434/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 435/2017	Marta Suplicy	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 436/2017	Magno Malta	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 437/2017	Ivo Cassol	RISF Art. 13	05/09/2017 e 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 438/2017	Benedito de Lira	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 439/2017	Wilder Morais	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 440/2017	Lídice da Mata	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 441/2017	Paulo Bauer	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 442/2017	Lasier Martins	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQS nº 443/2017	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 444/2017	José Serra	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 445/2017	Valdir Raupp	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 446/2017	Roberto Muniz	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 447/2017	Aécio Neves	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 448/2017	João Alberto Souza	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 449/2017	Antonio Anastasia	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 450/2017	Dário Berger	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 451/2017	Paulo Rocha	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 452/2017	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 453/2017	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 454/2017	Benedito de Lira	RISF Art. 13	De 05/09/2017 a 08/09/2017	Atividade parlamentar.



RQM nº 455/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 43, II	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Licença Particular.
RQM nº 456/2017	Vicentinho Alves	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 457/2017	Ataídes Oliveira	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 458/2017	Magno Malta	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 459/2017	Paulo Rocha	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 460/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 461/2017	José Medeiros	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 463/2017	Renan Calheiros	RISF Art. 13	04/09/2017 e 05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 464/2017	Raimundo Lira	RISF Art. 43, I	05/09/2017	Licença saúde.
RQM nº 465/2017	Jader Barbalho	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 466/2017	Ciro Nogueira	RISF Art. 13	04/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 467/2017	Ciro Nogueira	RISF Art. 13	05/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 468/2017	Rose de Freitas	RISF Art. 13	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 469/2017	Regina Sousa	RISF Art. 43, I	De 04/09/2017 a 06/09/2017	Licença saúde.
RQM nº 470/2017	Cristovam Buarque	RISF Art. 13	12/09/2017	Atividade parlamentar.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 462/2017	Vicentinho Alves	art. 40, § 1º	De 15/09/2017 a 24/09/2017	Integrar comitiva do Governo do Estado de Tocantins em missão oficial à Tokyo, Japão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
PODE - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 23

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 8

PSB-5 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

PODE - 3

Alvaro Dias.	PR
José Medeiros.	MT
Romário.	RJ

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	23
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	8
PODE.	3
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (PODE-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

PMDB - 23 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 8 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71,145) Vanessa Grazziotin (17,22) Líder do PSB - 5 Lídice da Mata (13,19,146) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,145) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (128,149) José Medeiros (12,14,18,88,130,143,148) Sérgio Petecão (10,133,147) Wilder Morais (39,122,132,151)	PODE - 3 Líder Alvaro Dias - PODE (16,65,137) Vice-Líder José Medeiros (12,14,18,88,130,143,148)	Maoria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,113)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Aciř Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

- * Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.
- 1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- 2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- 3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- 4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- 5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- 6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPRev).
- 7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾		1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾		1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Magno Malta (PR-ES)		

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

- Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
- Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
- Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
- Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
- Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
- Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
- Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
- Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)



Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3511
E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5. Senador Fernando Bezerra Coelho (18)
Senador Valdir Raupp (6)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,14,16)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (4,17)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. VAGO (8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. VAGO (5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES		Suplentes
Maioria (PMDB)		
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾		1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾		2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾		3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾		4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾		5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾		6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾		7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾		1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾		3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)		4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾		5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)		6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28)		1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾		2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)		3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾		4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾		5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾		1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾		3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾		1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,29)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)		2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾		3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)		2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾		3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4.
Senadora Simone Tebet (7,15)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: cc@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
VAGO (6,10)		1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)		2.
Senador Hélio José (6)		3.
VAGO (6,9)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)		3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
VAGO (1,8)		1.
VAGO (1,11)		2.
VAGO (1,12)		3.
VAGO (7,14)		4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)		2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Senador Valdir Raupp (2)		1. Senador Hélio José (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)		1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾		
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)		1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Renan Calheiros (7,13)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
VAGO (4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. VAGO (3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
VAGO (1,16)	2.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (14)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
VAGO (2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Waldemir Moka (8)		1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)		2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)		3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)		3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)		4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)		2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)		3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)		1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)		2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
		2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (5,13)		1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁷⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽¹⁸⁾	4. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,11,14)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,15)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(12,13)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
- A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.
12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros: 17 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC**PODE****Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PSB

VAGO

PDT

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

PCdoB

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

REDE

PTC

PODE

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

PTC

PODE

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE**PTC****PODE****Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(*Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008*)**Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PSB****PDT****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PTC****PODE**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(*Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015*)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(*Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016*)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

